

tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 237 • Dezembro de 88 • Cz\$ 500,00

DIREITOS HUMANOS
A luta dos povos



Revista Mensal
do CEDI

Novembro 88

CEDI Centro Ecumênico de
Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
22241 — Rio de Janeiro — RJ
Telefone: (021) 205-5197
Telex: 021 37892 CIED BR

Av. Higienópolis, 983
01238 — São Paulo — SP
Telefone: (011) 825-5544
Telex: 011 26561 ECUM BR

Conselho Editorial

Carlos Rodrigues Brandão
Heloísa de Souza Martins
José Oscar Beozzo
Márcio Santilli
Milton Schwantes
Paulo Schilling
Regina Hara
Regina Reyes Novaes
Rubem Alves

Editor

Jether Pereira Ramalho

Editor Assistente e

Jornalista Responsável
Marco Antônio Piva
Reg. Prof. n.º 12.911

Editor de Arte e

Secretário de Redação
Flávio Irala

Diagramação e

Secretaria Gráfica
Marta Cerqueira Leite Guerra

Digitização

Alfredo Salvador Vieira Coelho

Revisão

Rosana de Lima Soares

Capa

André Toral

Fotolito, Impressão e

Acabamento
Gráfica Pirâmide

Os artigos assinados não traduzem
necessariamente a opinião da
revista.

Preço do exemplar avulso:

Cz\$ 500,00

Assinatura anual

Cz\$ 5.000,00

Assinatura de apoio

Cz\$ 7.000,00

Cartas

O grileiro Niélon Braga de Queiróz assassinou o trabalhador rural Antônio Guilhermino de Oliveira, 52 anos, residente em Malvinas, Sento Sé, Bahia. O fato ocorreu na estrada que liga Malvinas a Ponta D'Água, no dia 21 de outubro, por volta das 19h. Nesse momento, Antônio Guilhermino, acompanhado de seu filho Francisco, seu genro Sérgio e do companheiro Antônio Cajui, dirigiam-se de Malvinas a Ponta D'Água. Niélon passou por eles em sua F-1000, reconheceu-os, fez o giro no carro e retrocedeu. Ao aproximar-se de Guilhermino e Antônio Cajui, saltou do banco fazendo fogo sobre Antônio Guilhermino, enquanto seu motorista e capanga, Antônio Luiz, fazia fogo sobre Antônio Cajui. Antônio Cajui fugiu para a caatinga e conseguiu escapar dos tiros, enquanto Guilhermino tombava morto por uma bala calibre 38, que perfurou seu coração, pulmão e fígado. Niélon ainda ameaçou o genro e o filho de Guilhermino quando pensaram em voltar para defendê-lo. A partir daquele momento Niélon foi para a casa de sua fazenda, juntou sua mulher e filhas, fugindo para Sento Sé, onde foi visto pela última vez em companhia de Jandir Sento Sé e do deputado Jairo Sento Sé.

Antônio Guilhermino de Oliveira tinha seis filhos, cinco netos e esposa, Maria. Era posseiro há mais de dez anos em Malvinas, Sento Sé, terras que Niélon pretende como suas.

É útil recordar que o conflito entre os posseiros de Malvinas e Niélon vem acontecendo há quase dois anos. Niélon já esteve preso com seus pistoleiros por duas vezes no complexo policial de Juazeiro por agressão aos posseiros. Por duas vezes foi liberado pela então delegada regional Yone Sento Sé. Niélon parece ter carta branca para matar das autoridades policiais de Sento Sé, da ex-delegada Yone Sento Sé, dos políticos da família Sento Sé.

O fato também foi inúmeras vezes repassado a Ênio Mendes, secretário de Segurança do Estado; a Euclides Neto, secretário de Reforma Agrária e ao próprio governador Waldir Pires. Os grileiros e pistoleiros, entretanto, continuam soltos em toda área

de Sento Sé atingida pelo projeto de irrigação Baixo do Irecê, desde Malvinas até Barreiro da Ema e Fazenda Sobrado. A área está conflagrada, as autoridades assistem e até protegem os assassinos, enquanto pais de família, trabalhadores honestos e inocentes, vão tombando como pássaros nas mãos do caçador.

Todos os trabalhadores rurais, todos que têm fome e sede de justiça foram assassinados por Niélon e morreram com Antônio Guilhermino. Pelos amigos de Guilhermino, por sua família, por seu sangue, justiça será feita.

Roberto Malvezzi

**CPT — Diocese de Juazeiro
Juazeiro, BA**

Congratulo-me com vocês pelas excelentes reportagens e matérias de *Tempo e Presença* (edições n.ºs 232 e 233).

Parabenizo os autores pelas importantes e atuais reflexões que muito irão contribuir para um correto encaminhamento das atividades sindicais, populares e pastorais.

Outro aspecto do acerto das matérias é o fio condutor que está sendo retomado pelas acertadas abordagens à evolução histórica do movimento operário e sin-

dical desde o seu surgimento até o momento presente.

Nestor Scherer

Arroio do Meio, RS

Com muita satisfação recebemos o exemplar de *Tempo e Presença* sobre o meio ambiente (edição n.º 230). São atitudes como esta que não só contribuem para embasar nossa luta, como também nos animam a prosseguir na busca de nossos objetivos.

O exemplar já está tombado e integra o acervo de nossa biblioteca.

Paulo Henrique Bonacella

**Centro de Estudos e Atividades
de Conservação da Natureza
São Paulo, SP**

Recebi a circular para renovação de assinatura. Com prazer atendo e vou mais além: conseguirei duas novas assinaturas. Só que o meu direito a uma assinatura quero que seja transferido para uma amiga minha que mora em Jandira, São Paulo. Adoro a *Tempo e Presença* (guardando as devidas proporções...). Aproveito, também, para dizer que aprecio imensamente o trabalho do CEDI.

Terezinha Maria Honório

Jandira, SP

PUBLICAÇÕES DO CEDI

MOVIMENTO OPERÁRIO

Italianos e movimento operário no Brasil	Cz\$ 2.400,00
História dos metalúrgicos de S. Caetano	Cz\$ 2.800,00
Trabalhadores urbanos 80	Cz\$ 590,00
Trabalhadores urbanos 81	Cz\$ 590,00
Trabalhadores urbanos 82/84	Cz\$ 5.300,00
Imagens da luta	Cz\$ 20.000,00
Revista Apoio - Os trabalhadores na indústria bélica	Cz\$ 500,00

CADERNOS DO CEDI

N.º 8 — Igreja/Desenvolvimento/Particip. Popular	Cz\$ 1.546,00
N.º 12 — VI Assembléia do CMI	Cz\$ 2.100,00
N.º 13 — Alfabetização e primeiras contas	Cz\$ 1.850,00
N.º 14 — Canaviais em greve	Cz\$ 1.850,00
N.º 15 — O caminho da escola	Cz\$ 1.850,00
N.º 16 — Periferia — desafio à unidade	Cz\$ 1.850,00
N.º 17 — Unidade e Prática da Fé	Cz\$ 2.000,00
N.º 18 — Onze de abril: o dia da audácia	Cz\$ 2.000,00

Faça seu pedido através de *cheque nominal* para o CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação, Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo, SP ou por *vale postal* para Ag. Correio 403911, Santa Cecília, SP

Índice

Direitos humanos

- 4 DIREITOS HUMANOS, DIREITOS DOS POVOS
Carlos Frederico Marés
- 7 UM ROTEIRO PARA O FUTURO, AGORA
Jaime Wright
- 10 A UTOPIA DE UM MUNDO NOVO
Carlos Alberto Idoeta
- 12 UMA PERSPECTIVA LATINO-AMERICANA
Charles Harper
- 15 ARTICULAÇÃO NACIONAL: REPENSAR O CAMINHO
Daniel Rech
- 18 O "INCIDENTE" DE VOLTA REDONDA
Moacir Werneck de Castro

Internacional

- 20 "CRESCER COMO A PALMEIRA"
Entrevista com Bob Gowdzaard

Conjuntura

- 23 ELEIÇÕES MUNICIPAIS: A RUPTURA SILENCIOSA
Florestan Fernandes

Igrejas

- 25 A IGREJA NA CHINA
Frei Betto

Ecumenismo

- 29 CLAI: UMA ASSEMBLÉIA CELEBRATIVA
Flávio Irala e
João Takao Shirahata

Teologia

- 34 PROCLAMAÇÃO DE JESUS AOS OPRIMIDOS
Leonardo Boff

Rubem Alves

- 36 TODO PODER À CRIANÇA

Anoto

- 38 A HERANÇA DE CHICO MENDES
Ricardo Arnt

América Latina

- 39 EL SALVADOR: A NOVA ETAPA DA GUERRA
Aton Fon Filho

Bíblia hoje

- 41 A BÍBLIA E OS DIREITOS HUMANOS
Genilma Boehler

Livros

- 43 A TRAMA NUCLEAR BRASILEIRA
José Domingos Vasconcelos

A luta dos povos pelos direitos humanos

Comemora-se, este ano, em todo o mundo, os quarenta anos da Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana. É impossível negar que esse documento, fruto de uma confluência histórica, apesar de suas limitações, foi instrumento eficaz na luta pela justiça e serviu como referência a denúncias de violência contra pessoas e setores de nossa sociedade.

Depois desses quarenta anos, como se encontra a situação da grande maioria da população mundial? É verdade que sob alguns aspectos cresceu a consciência universal da condenação às prisões pelas posições políticas, aos maus tratos aos presos, às torturas para obtenção de confissões e a muitas formas de violência contra a pessoa humana.

Multiplicaram-se as organizações de defesa dos direitos humanos e um impressionante contingente de pessoas assumiu essa causa. Igrejas, organizações da sociedade civil, partidos políticos, e tantos outros movimentos foram criados para dar um basta a todas as formas de ofensa aos direitos humanos.

Compreendeu-se que a luta pela plena dignidade da vida não é apenas uma ação conjuntural ou casuística. É processo permanente de busca de uma sociedade onde os imperativos da justiça sejam fundamentais e inquestionáveis. Não é algo opcional, na qual se deve ou não participar. É consequência obrigatória para todos aqueles que se envolvem na construção de uma sociedade democrática, mais justa e participativa.

Mas o balanço que esses quarenta anos nos exige, mostra que o resultado não é muito animador. O número de pobres no mundo aumentou consideravelmente, atingindo a cifra de milhões de miseráveis; a existência de crianças carentes, abandonadas e aviltadas alcança um número escandaloso, as condições de vida e de

trabalho das grandes massas trabalhadoras da esmagadora maioria dos países do mundo é retrato de uma situação de violência e de injustiça que aponta para a necessidade de decisões profundas, tanto no campo econômico como político. E o que dizer da população negra, dos povos indígenas, da discriminação contra a mulher? Infelizmente a relação de violações poderia ser acrescida de outros exemplos.

A luta pelos direitos humanos está desafiada a passar do espaço individual para a perspectiva coletiva desses direitos. Avançar mais: da denúncia das violações à derrubada das causas estruturais, causadoras dessas violações. Os direitos dos povos não são outorgados pelos Estados, pelos seus ordenamentos jurídicos. Cabe aos Estados reconhecer e cumprir esses direitos — não apenas proclamá-los. É preciso ficar evidente que os pobres não têm apenas necessidades, mas essencialmente são portadores de direitos inquestionáveis.

No momento, o estágio da luta pelos direitos humanos, sem abandonar os avanços já alcançados, caracteriza-se pela denúncia e ação contra essas causas mais profundas que afetam a dignidade de tantos. Elas vão se encontrar, não somente nas estruturas econômicas e políticas dos países, mas também nas relações internacionais. Como falar em direitos humanos com a atual ordem econômica? Como calar contra essa fonte de violação que é a dívida externa dos nossos países, causadora de morte, de fome e de miséria?

Sim, esses quarenta anos nos levaram a consciência de que é irrecusável o envolvimento nessa luta, mas a atual conjuntura nos exige a maior amplitude e profundidade de nossas ações. Ação ecumênica e comprometida de todos que colocam o primado da justiça e da paz acima dos seus interesses individuais e particulares.

DIREITOS HUMANOS DIREITO DOS POVOS



Enquanto os direitos humanos podem ser realizados em Estados democráticos, o direito dos povos é um ponto permanente de atrito: ou o povo deseja constituir seu próprio Estado e se choca com o dominante, ou não deseja seu Estado e conflita com a organização estatal que engloba seu território

Carlos Frederico Marés

Aprovada em Paris, em 10 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi festejada como a vitória da liberdade contra a opressão, da paz contra a violência, da fraternidade contra os preconceitos. E de fato foi. Tinha o mundo conhecido de muito perto as atrocidades do nazismo, as tristes consequências da intolerância, do racismo, da guerra. Proclamar, naquele momento da história da humanidade, que “todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos, e que são dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”, era especialmente significativo. O que estava em jogo era a liberdade individual, o respeito pelas opções culturais, religiosas, filosóficas, de cada ser humano e o reconhecimento pela igualdade

de origem étnica, geográfica ou lingüística.

Partindo desta necessidade de afirmar a dignidade do ser humano, a inviolabilidade da sua segurança, família, vida e liberdade, a Declaração Universal dos Direitos Humanos é um marco na história da civilização, que a partir daí coloca como ideal a ser atingido o pleno direito de cada homem substanciado na declaração. Hoje, quarenta anos depois da aprovação, podemos ver que o respeito à dignidade do homem, à sua liberdade individual, está longe de ser uma conquista em largas faixas do mundo moderno. Contam-se às dezenas os Estados que não respeitam a dignidade de seus cidadãos. Tortura, tratamentos desumanos e cruéis, castigos degradantes, prisões arbitrárias, exílio, não são fatos do passado, convivem com o mundo atual, próximos, no espaço e no tempo, de praticamente todos os cidadãos do mundo.

Destino soberano

O ser humano, porém, não é ser isolado, é indivíduo de uma coletividade que vive, cria, produz, reproduz e se realiza num grupo social que tem sentimentos, idéias, conhecimento e até mesmo gostos próximos. E os direitos de um indivíduo somente têm sentido na relação entre ele e o grupo a que pertence. O grupo humano, ligado entre si por sentimentos comuns, é *povo*. Por isto, na mesma época da declaração dos direitos do homem, o mundo adotou princípios que pudessem garantir o Direito dos Povos, como ideal de realização institucional dos direitos humanos.

De fato, a Carta das Nações Unidas estabeleceu como princípio a autodeterminação, que deveria reger a relação entre os diferentes povos do mundo, que entre si se respeitariam como soberanos e donos de seus respectivos destinos.

A autodeterminação dos povos, porém, rapidamente se transformou em autodeterminação dos Estados constituídos. Cada Estado passou a ter e representar essa vontade popular traduzida como princípio na Carta das Nações Unidas. A não ingerência em assuntos internos, consequência da autodeterminação, limita a possibilidade do Direito Internacional coibir abusos, violações e crimes cometidos contra os direitos nacionais de cada Estado.

Na década de 60, os grandes movimentos de libertação nacional, anticolonialistas, que agitaram o mundo com

Trinano

guerras de longa duração, heróicas e populares, ao infligirem sérias derrotas em velhos impérios coloniais ou no jovem imperialismo americano, recuperaram o conteúdo do Direito dos Povos, que foi assimilado pelas Nações Unidas como o direito dos povos se constituírem em Estado. Mais uma vez volta-se à questão do Estado, mais uma vez o Direito Internacional subordina sua existência à questão do Estado. Isto é, a vitória dos povos no campo de batalha foi transformada em vitória do direito estatal. O povo não pode deixar de constituir-se em Estado sob pena de não ter direitos como povo. Constituir-se em Estado é um direito, como diz Salvatore Senese, da Fundação Lelio Basso, que dura até que se cumpra a constituição do Estado independente, porque imediatamente

se transforma no direito da entidade estatal de não sofrer atentado à sua própria soberania formal. Isto quer dizer, cumprido o direito de um povo de formar seu Estado, já pode o Estado descumprir os direitos individuais, porque sua soberania não pode ser arranhada por organismo internacional.

Esta visão do Direito Internacional que privilegia o Estado acaba transformando sua formal independência em cobertura para esconder as reais condições de vida dos povos e facilitar novas formas de dominação.

Choque permanente

Existem povos, porém, cuja pretensão não é tornar-se Estado, mas tão somente ser respeitado enquanto coletivo — ainda que minoritário — dentro





de uma organização estatal. Outros povos, ainda, não têm em sua forma sociativa a necessidade do Estado, como é o caso dos mais de 150 povos indígenas existentes no território brasileiro. Que garantia oferece o direito internacional a estes povos? A Organização Internacional do Trabalho, pela Convenção nº 107, de 27 de julho de 1957, aprova propostas relativas à "proteção e integração das populações indígenas e outras populações tribais e semitribais de países independentes", que significam, na verdade, um acordo entre Estados, para que seus governos possam desenvolver programas e políticas coordenadas para facilitar a *integração* destas populações na chamada "comunhão nacional". É muito clara a Convenção no sentido de privilegiar o direito estatal contra o direito

desses povos: "Tais populações poderão conservar seus costumes e instituições que não sejam incompatíveis com o sistema jurídico nacional ou os objetivos dos programas de integração" (artigo 7º, inciso 2). Neste caso, nem sequer o direito de constituir-se em Estado lhes é garantido.

Assim, a situação dos direitos humanos e dos povos, hoje, no mundo, depende sempre dos direitos estatais nacionais, mas, enquanto os direitos humanos podem ser realizados em Estados democráticos, o direito dos povos está em permanente choque com os Estados, mesmo democráticos, porque com eles se contradizem: ou o povo deseja constituir seu próprio Estado e se choca com o dominante, ou não deseja ser Estado e conflita com a organização estatal que engloba seu território,

pela impossibilidade de exercer sua própria jurisdição não estatizada.

Porque a realização plena dos direitos humanos depende da realização dos direitos dos povos, reuniram-se em Argel, em 1977, líderes de povos, juristas, economistas, políticos e dirigentes de movimentos de libertação nacional e aprovaram a Declaração Universal dos Direitos dos Povos, que reconhece seis direitos básicos:

1. Direito à existência. Direito à existência enquanto povo, sendo respeitada sua identidade nacional e cultural. Direito à posse pacífica de seu território. Direito à condição de vida que não comprometa a integridade do povo.

2. Direito à autodeterminação política. Este direito deve ser a garantia de que pode determinar o seu estatuto político sem a ingerência estrangeira. É direito do povo ter um regime político que garanta a representação do conjunto dos cidadãos e que assegure o efetivo respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais.

3. Direitos econômicos dos povos. O povo tem direito exclusivo a suas riquezas e recursos naturais, inclusive o direito de recuperá-los se foi espoliado. Todo povo tem direito a participar do progresso científico e técnico da humanidade, porque este é um patrimônio comum e não individual de determinado homem ou povo.

4. Direitos à cultura. Todo povo tem direito a falar sua língua, preservar sua cultura, desfrutar suas riquezas artísticas e históricas. Este direito deve garantir ao povo que não se lhe imponha uma cultura estrangeira.

5. Direito ao meio ambiente e aos recursos naturais. Todo povo tem direito à conservação, à proteção e ao melhoramento do seu meio ambiente, além disso, é direito de cada povo a utilização do patrimônio comum da humanidade, como o alto-mar, os fundos dos mares, o espaço extra-atmosférico etc.

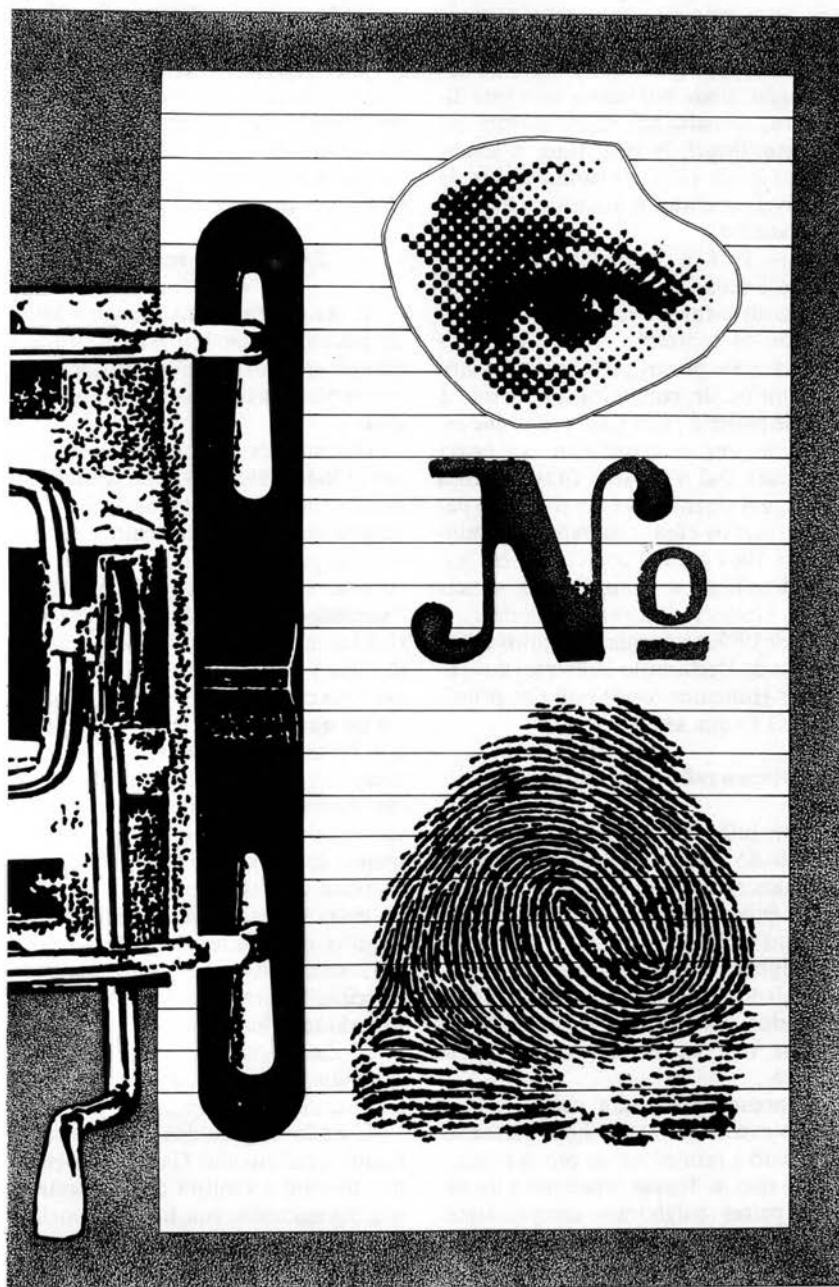
6. Direito de ser minoria. Ao ser minoria no seio de um Estado, o povo tem direito ao respeito à sua identidade, suas tradições, sua língua e seu patrimônio cultural. Os membros das minorias devem gozar dos mesmos direitos dos outros cidadãos de participar da vida pública.

No dia em que cada povo tiver reconhecido estes direitos, cada homem será livre e o mundo poderá respirar aliviado o fim de toda opressão.

Carlos Frederico Marés é procurador do Estado do Paraná e diretor-técnico do Núcleo de Direitos Indígenas.

40 ANOS DEPOIS

UM ROTEIRO PARA O FUTURO, AGORA



Ter coragem de denunciar as causas — e não apenas os efeitos — das violações dos direitos humanos em qualquer parte do mundo é obrigação de todos. Cabe, porém, ao Primeiro Mundo importante parcela de responsabilidade para a solução da desigualdade de relações entre o Norte e o Sul

Jaime Wright

Há uns três anos, fui convidado para falar na primeira conferência africana da Anistia Internacional. Um funcionário daquela entidade tinha lido cópia do discurso que eu havia enviado a Londres com antecedência. Quando nos encontramos no centro de convenções em Arusha, na Tanzânia, ele disse que gostaria de falar comigo antes do início da conferência. Ele estava preocupado com as sugestões concretas que eu dava para a identificação e eliminação das causas da repressão.

As leis britânicas somente permitem que entidades humanitárias cuidem dos efeitos da repressão (tais como invasões domiciliares, seqüestros, torturas, prisões políticas e desaparecimentos). Cuidar das causas da repressão colocaria a entidade — de acordo com as leis britânicas — na área chamada “política”, e isso poderia resultar no cancelamento da isenção fiscal...

Nós cristãos estamos sempre diante de dilemas semelhantes.

Parece justo — e assunto pacífico — que devemos imitar o bom samaritano, aquele da parábola que Jesus con-

tou. Ou seja: que devemos parar na estrada de Vitória a Vila Velha para ajudar alguém que esteja precisando da gente, que tenha sofrido os efeitos da injustiça.

Causas e efeitos

Mas quando vários bons samaritanos se organizam para identificar e eliminar as causas dos perigos na estrada de Vitória a Vila Velha, a gente começa a ouvir os murmúrios de pessoas preocupadas com o envolvimento dos cristãos no mundo social e político...

O raciocínio dos bons samaritanos é simples: eliminando-se as causas, eliminam-se os efeitos. Não é por isso que existem sanitaristas, médicos dedicados à eliminação das causas das

a Coordenadoria Ecumênica de Serviços (Cese) se reunia clandestinamente para aprovar seu primeiríssimo projeto, uma publicação ecumênica da declaração, com trechos bíblicos do Antigo e do Novo Testamentos e, ainda, pronunciamentos das Igrejas Católica e Evangélicas sobre cada um dos seus trinta artigos. E a desculpa pública era que estávamos celebrando os 25 anos da declaração...

Em 1978, no 30º aniversário da declaração, publicamos a quarta edição do livreto ecumênico, já no início da "abertura democrática" e aproveitando a visita do presidente dos Estados Unidos da América. Distribuímos 1,8 milhões de cópias por todos os recantos deste país, até às paróquias mais longínquas da Amazônia.

Em 1983, no 35º aniversário da declaração, ainda estávamos em plena ditadura, trabalhando secretamente no projeto *Brasil: Nunca Mais*, e levando sustos de vez em quando diante de possíveis quebras de segurança no nosso trabalho.

Até 1978 a Arquidiocese de São Paulo e seus vários grupos de direitos humanos estavam envolvidos com os efeitos da repressão. Agora que não existia mais presos políticos e censura nos meios de comunicação, o que é que se poderia fazer para evitar que esses horrores se repetissem em nossa história? Daí o projeto *Brasil: Nunca Mais*, um gigantesco esforço não só para arrolar os efeitos da repressão militar de 1964 a 1979 como também para identificar e denunciar as causas dessa violência institucionalizada.

Em 1988, após quarenta anos de vigência da Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde estão as prioridades? O que se deve fazer?

Repressão sem fronteiras

Em julho de 1979, nossa pequena Comissão para a Defesa de Direitos Humanos em Países do Cone Sul (Clamor) encontrou na cidade de Valparaíso, no Chile, duas crianças uruguaias que tinham sido seqüestradas na Argentina depois que seus pais foram exterminados por uma ação conjunta de forças repressivas argentinas e uruguaias.

Aprendemos muita coisa daquele único evento. A maior lição talvez tenha sido a primeiríssima prova concreta de que as forças repressivas de vários países colaboram independentemente de fronteiras geográficas. O menino Anatole, de quatro anos, e sua irmã Vicky, de um ano e meio, foram

seqüestrados no exílio na Argentina, levados de volta ao Uruguai e, então, transportados através da Argentina até entrar no Chile. Finalmente, na cidade costeira de Valparaíso, em 23 de dezembro de 1976, foram abandonados por policiais uruguaios.

Três países colaboraram nesse esquema. Nenhum deles deu alguma explicação até hoje. E o Chile não tomou nenhuma providência contra a presença ilegal dos dois jovens estrangeiros em seu país.

Do que aprendemos durante aqueles terríveis anos de repressão no Cone Sul das Américas (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai), eu ousaria destacar dez pontos mais um onde entidades do Primeiro Mundo (governos, bancos, multinacionais e — até — igrejas) podem ajudar a identificar, denunciar e eliminar as causas das injustiças no Terceiro Mundo. Seria um roteiro para a celebração, de fato, do 40º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

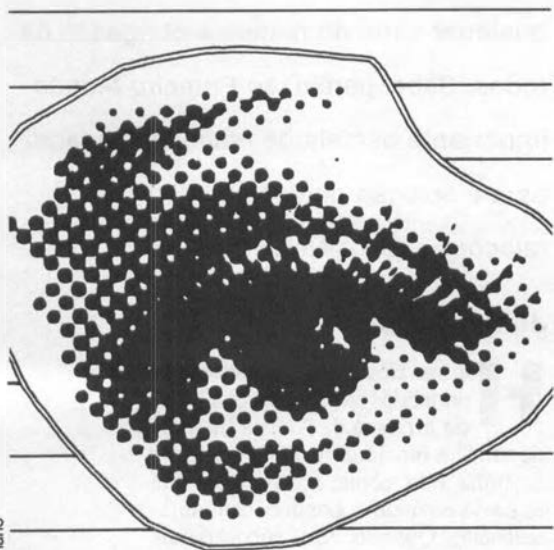
Dez pontos mais um

1. As entidades do Primeiro Mundo podem ajudar seu próprio povo a manter vivos os ideais de libertação sobre os quais suas sociedades foram fundadas.

Durante nossa longa noite de repressão (1964 a 1985), a Declaração de Independência dos Estados Unidos foi considerada um documento subversivo. Sua publicação nos jornais foi censurada. E porque não? Pois fala de "verdades evidentes", "...que todos os homens foram criados em igualdade; que foram dotados pelo seu Criador com certos direitos inalienáveis, entre os quais estão a vida, a liberdade e a busca da felicidade. — Que para conseguir estes direitos, os governos são instituídos entre os homens, derivando seus justos poderes do consentimento dos governados" — para citar somente dois dos seus 36 parágrafos. Se essas verdades são evidentes para o povo norte-americano, elas devem ser reconhecidas como verdades "verdadeiras" para o povo do Terceiro Mundo também.

2. Entidades do Primeiro Mundo precisam reconhecer a diferença entre independência e libertação.

Usando os Estados Unidos como exemplo novamente. Os norte-americanos tiveram a ventura de conseguirem simultaneamente sua independência e sua libertação, no século 18. O mesmo não aconteceu na maioria dos países latino-americanos, onde a indepen-



doenças? Não é por isso que existem assistentes sociais, profissionais dedicados à eliminação das causas de males sociais entre os mais pobres? Não é por isso que existem vozes proféticas, padres e pastores que denunciam os pecados da sociedade que geram a violência e a injustiça?

Depois de 40 anos

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi proclamada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 10 de dezembro de 1948. Em 1968, na véspera do Ato Institucional nº 5, eu dirigia um encontro no Vale do Rio São Francisco em comemoração aos vinte anos da declaração. Em 1973, antes mesmo de discutir seus estatutos,

dência dos países colonialistas europeus ocorreu no século 19. Em alguns desses países (tais como El Salvador e Guatemala) o povo ainda está lutando — contra as elites e oligarquias de descendência espanhola — para conquistar sua libertação. A Nicarágua se constitui na honrosa exceção, onde o povo conseguiu sua libertação em julho de 1979 após a derrubada da dinastia Somoza.

3. Entidades do Primeiro Mundo precisam reconhecer o direito de autodeterminação.

Em outras palavras: que o patriotismo é uma virtude e não uma coisa subversiva; que o patriotismo leva ao nacionalismo, um arraigado desejo de ver o país da gente e seus recursos controlados por concidadãos e não por investidores de além-mar; que o nacionalismo, por conseguinte, não pode ser tomado como sinônimo de comunismo; que o direito de autodeterminação é a mais legítima aspiração de um patriota do Terceiro Mundo; que tais aspirações nascem aqui em casa, no Terceiro Mundo, dentro do sofrimento e da opressão, e não precisam ser importadas de onde quer que seja, nem dos Estados Unidos e nem da União Soviética.

4. Entidades do Primeiro Mundo precisam conhecer a relação causa-efeito entre o chamado "interesse próprio esclarecido", de um lado, e a repressão no Terceiro Mundo, do outro.

Se há alguma coisa que aprendemos com a Guerra das Malvinas em 1982 (entre a Inglaterra e a Argentina), é o fato de que o problema para nós, no Terceiro Mundo, não é o capitalismo versus o comunismo; nem o cristianismo versus o materialismo; nem o Oeste contra o Leste; e nem o Oriente contra o Ocidente; e nem a União Soviética contra os Estados Unidos da América. Os nossos problemas, ao contrário, surgem das tensões entre o Norte e o Sul; entre os países ricos e os pobres; entre o Primeiro Mundo e o Terceiro; entre os exploradores e os explorados.

5. Entidades do Primeiro Mundo precisam compreender que elas contribuíram para a repressão no Terceiro Mundo, quando condicionaram seus investimentos e empréstimos a países do Terceiro Mundo a "um clima político estável"; quando concordaram — pelo silêncio e omissão — que esse "clima político estável" poderia ser alcançado pela repressão violenta, especialmente dos trabalhadores, dos sindicatos, dos movimentos estudantis, dos partidos políticos e das igrejas; quan-

do permitiram — pela omissão e silêncio — que a tortura, a morte, o desaparecimento fossem "justificados" pela doutrina de segurança nacional; quando consentiram — pela omissão e silêncio — que a doutrina de segurança nacional se tornasse mais importante do que a Constituição, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os acordos internacionais humanitários, e — até — as Sagradas Escrituras.

6. Entidades do Primeiro Mundo podem ajudar seus respectivos governos a colocar os Direitos Humanos como prioridade na sua política externa.

Pois aprendemos que as coisas não vão melhorar em países do Terceiro Mundo se não houver mudanças primeiramente em Washington e em outras capitais do Primeiro Mundo. Durante mais de duzentos anos como nação, foi somente durante um breve interlúdio de quatro anos no fim da década de 70 que os Direitos Humanos tiveram alta prioridade na política externa dos Estados Unidos.

7. Entidades do Primeiro Mundo podem tomar passos concretos para a promoção da Justiça no Terceiro Mundo.

Não somente ao estender a mão misericordiosa aos pobres, aos oprimidos, aos marginalizados da nossa época, como também — e de igual importância — procurar identificar as causas de raiz da injustiça e tentar eliminá-las.

8. Entidades do Primeiro Mundo podem ajudar a promover a Justiça na América Central, apoiando os planos de paz dos países da América Central; pressionando para por um fim à ajuda militar aos governos centro-americanos; exigindo um fim ao apoio dado aos mercenários que tentam derrubar o governo da Nicarágua; lutando pela paz na América Central e não incitando à guerra.

9. Entidades do Primeiro Mundo devem insistir na reformulação das atuais operações do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Somente então poderá haver verdadeiro desenvolvimento e a diminuição dos trágicos efeitos sociais da política do FMI em países do Terceiro Mundo.

10. Entidades do Primeiro Mundo devem tomar a iniciativa de perdoar as dívidas públicas de países do Terceiro Mundo, especialmente daqueles que não exportam petróleo, que não estão consideravelmente industrializados, e têm dificuldades no financiamento do déficit no seu balanço comercial de pagamentos.

A dívida externa de países do Ter-



ceiro Mundo tornou-se uma das principais causas das maciças violações de direitos humanos e sociais nestes países em nossos dias.

11. Uma última palavra, da Confissão Presbiteriana de 1967: "A Igreja, em sua própria vida, é chamada a praticar o perdão dos inimigos e a recomendar às nações como política prática o esforço de cooperação e paz. Isto requer a busca de relações novas e responsáveis através de toda linha de conflito, mesmo com risco de segurança nacional, para reduzir áreas de conflito e ampliar a compreensão internacional."

Solidariedade não tem fronteiras

Na luta pela justiça, aprendemos que a solidariedade não tem fronteiras — nem geográficas, nem ideológicas, nem lingüísticas, nem políticas, nem raciais, nem sexuais, nem religiosas. E que entre os riscos que precisam ser tomados para demonstrar solidariedade está a contestação do conceito de que a segurança nacional deve prevalecer acima das preocupações humanitárias.

Os latino-americanos certamente fariam coro com o profeta e exclamariam com enraizados sentimentos: "Violência em nossa terra, nunca mais! Nem devastação e destruição dentro das nossas fronteiras!" (Is 60,18).

Jaime Wright é pastor, secretário geral da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (IPU) e presidente do Serviço Paz e Justiça na América Latina (Serpaj-AL). Foi um dos coordenadores do Projeto Brasil: Nunca Mais, da Arquidiocese de São Paulo.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é letra morta em mais de cem países. Com independência e imparcialidade, a Anistia Internacional luta pelo fim das violações dos direitos do homem e sonha com o dia de sua autodissolução



Até a 2ª Guerra Mundial, a comunidade internacional dedicava um mínimo de atenção à questão dos direitos humanos. O Direito Internacional regulava a relação entre os Estados e praticamente não oferecia proteção aos indivíduos. Os abusos cometidos por governos contra seus cidadãos eram considerados assunto interno e seria inadmissível a interferência de outros países e de organizações intergovernamentais ou não-governamentais.

Com seus milhões de mortos, seus genocídios e campos de extermínio, a 2ª Guerra levou, contudo, a barbárie ao paroxismo. E a comunidade internacional respondeu nos anos seguintes com a concepção de um documento ecumênico de trinta artigos, cuja efetiva implementação domaria o "homo homini lupus" e promoveria uma nova era de paz, liberdade e desenvolvimento em convivência pluralista. Em 10 de dezembro de 1948, os Estados reunidos na Organização das Nações Unidas (ONU) proclamavam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

H.V. Evatt, o australiano que presidiu a Assembleia Geral da ONU, dizia ser aquela a primeira vez que a comunidade das nações organizada reconhecia a existência de direitos humanos e liberdades fundamentais transcendendo fronteiras. "Milhões de homens, mulheres e crianças em todo o mundo, a muitas milhas de Paris e Nova York, buscarão ajuda, orientação e inspiração neste documento". A Declaração representou então uma mudança revolucionária no Direito Internacional, ao estabelecer o princípio de que os indivíduos tinham direito à proteção da comunidade internacional. Perdia validade o recurso a "assuntos internos" ou "soberania internacional" por parte de governos violadores de direitos humanos. O combate ao Estado totalitário, que trata seres humanos como supérfluos e descartáveis, passou a ser uma responsabilidade universal.

Sem medo

Mas a despeito da proclamação solene, os governos, em sua grande maioria, não cumpriram a promessa. Persistiram a pobreza, a ignorância, a perseguição a origens e crenças, a tortura, as execuções e até a ameaça do holocausto nuclear. Os autores da Declara-

ção conceberam um dia um mundo livre da miséria e do medo, mas o sonho continuou remoto. Falharam governos e entidades governamentais e intergovernamentais (como a própria ONU). Em 1961 um advogado britânico, Peter Benenson, publicou um artigo convidando as pessoas a trabalhar imparcialmente pelos esquecidos do mundo, as vítimas da truculência e do cinismo oficiais. Nascia a Anistia Internacional (AI) para preencher parte de um vazio decisivo. O que no início foi considerado uma idéia louca, acabou se convertendo em 27 anos no maior movimento mundial de direitos humanos.

A AI nasceu e cresceu para erradicar o medo. O AI se ocupa de alguns direitos humanos apenas e extrai, aliás, sua força também dessa limitação que ela própria se impõe. Busca a libertação imediata e incondicional de todos os presos de consciência (aqueles presos por sua origem étnica, credo político ou religioso, sexo ou idioma e que não tenham praticado ou advogado violência), julgamentos justos e sem protelação para todos os presos políticos e o fim da tortura e das execuções.

O último relatório anual da AI foi divulgado em outubro passado. Cobre 135 países e considera lamentável a situação dos direitos humanos compreendidas no mandato do movimento. Em pelo menos na metade dos países há muitas pessoas encarceradas por expressar suas opiniões, freqüentemente após terem sido submetidas a farsas judiciais. A tortura é covardemente infligida a homens, mulheres e crianças como um instrumento regular a serviço do Estado em pelo menos sessenta países. Em muitos deles as autoridades seqüestraram e assassinaram, clandestina e impunemente, os cidadãos que deveriam justamente proteger. E em mais de 120 países persiste a legislação que autoriza o homicídio oficial premeditado, também conhecido por pena de morte, e em cerca de um terço deles se recorre freqüentemente a este castigo anacrônico, cruel e, pasmem seus desinformados defensores, inútil.

Ação global

Esse amplo elenco de atentados à dignidade humana não é apanágio apenas deste ou daquele regime, desta ou daquela região geográfica. O fenôme-

ANISTIA INTERNACIONAL

A UTOPIA DE UM MUNDO NOVO

Carlos Alberto Idoeta

no é global. A AI constatou a existência de presos de consciência na África do Sul, Cuba, Irã, Iraque e Turquia, entre muitos outros. Entre os numerosos países de onde chegam denúncias de tortura e maus-tratos estão Argélia, Birmânia, Chile, Índia, Polônia e Síria. As execuções extra-judiciais e os "desaparecimentos" foram cometidos no Brasil, Chile, Colômbia, Filipinas, Guatemala e El Salvador. Ocorreram em 1987 quase 1,2 mil execuções judiciais conhecidas em 62 países, entre os quais África do Sul, China, EUA, Irã e Paquistão. Governos, muitos governos, não cumprem com seu dever fundamental de proteger os direitos da cidadania e ainda perseguem, encarceram, torturam e assassinam os "subversivos" ativistas de direitos humanos.

Mas se o panorama é ainda sombrio, há também motivos de alento. A AI registra a existência hoje de mais de mil organizações de direitos humanos atuando a nível local, nacional ou internacional. Governos aprenderam o poder da revelação da verdade e as ondas de indignação que as atrocidades podem precipitar. Cresce a consciência da existência e da necessidade de preservação dos direitos humanos e iniciativas como o mega-show itinerante *Direitos Humanos, Agora!*, promovido pela AI, ajudam a disseminar, sobretudo junto aos jovens, a importância da solidariedade internacional na defesa desse conjunto de direitos

que separam a civilização da barbárie.

Os membros da AI estão convencidos de que nenhum povo ou indivíduo pode se sentir razoavelmente seguro enquanto todos os seres humanos não tiverem seus direitos assegurados. A AI trabalha por alguns dos direitos humanos, aqueles referentes à justiça, à liberdade e à vida, mas sem os quais nenhum outro direito pode ser gozado. Os direitos humanos são complementares e interdependentes, e se plenamente implementados defenderão o ser humano em sua grande vulnerabilidade diante da sociedade.

A AI continuará, com independência e imparcialidade, a pautar sua atuação por critérios universais e a buscar seus objetivos imutáveis no tempo e no espaço sem concessões que possam comprometer sua inalienável credibilidade. Continuará perseguindo a conversão dos direitos naturais, aqueles pertencentes ao homem por sua própria natureza, em direitos positivos, aqueles previstos nas legislações e efetivamente assegurados no cotidiano das pessoas. O maior movimento mundial de direitos humanos é contudo ainda muito pequeno diante das dimensões da tarefa que se propôs: chegarmos a um mundo novo onde a AI possa se autodissolver.

Carlos Alberto Idoeta é administrador de empresas e presidente da seção brasileira da Anistia Internacional.

UMA PERSPECTIVA LATINO-AMERICANA

"Fomos ameaçados com a Ressurreição, porque tocamos seus corpos sem vida e suas almas penetraram a nossa alma, agora duplamente fortalecida... Fica conosco nesta vigília e saberás o que significa sonhar.

Saberás então como é maravilhoso ser ameaçado com a Ressurreição! Sonhar, desperto para vigiar, adormecido para viver, morrendo e saber-se já ressuscitado!"
(Ameaçado com a ressurreição, da poetisa guatemalteca Julia Esquivel)

Charles Harper

Por que razão as igrejas da América Latina se envolveram tanto na luta pelos direitos humanos nos últimos quinze anos? Por que os nomes de pessoas como monsenhor Oscar Romero foram identificados como santos contemporâneos, nas mentes dos pobres em toda parte?

Há uma sólida base bíblica e teológica sob o engajamento das igrejas no serviço da causa dos direitos humanos. Esses esforços têm produzido importantes documentos confessionais ou ecumênicos, tornando-se elaborados e sistematizados. Na América Latina, a contribuição de José Míguez Bonino tem sido extremamente útil na articulação da "confissão de fé" trinitária dos cristãos e igrejas engajadas na luta pelos direitos humanos.

No entanto, é principalmente a experiência concreta das igrejas e dos cristãos, defrontados com casos de prisão ou detenção ilegal e arbitrária, execuções, morte e desaparecimento ao arripio da lei, vexames e perseguições, que tem galvanizado as igrejas para enfrentar as novas tarefas de assistência às vítimas, oferecer consolo pastoral e proteção aos vulneráveis, dar testemunho e exigir justiça.

Violência institucional

O que tem sido essa realidade para os cristãos da América Latina? Algo que causou a detenção e o desaparecimento de cerca de 90 mil pessoas, nos últimos quinze anos. Esse número inclui crianças, que foram raptadas junto com o pai, ou a mãe, ou ambos, ou que nasceram na prisão ou em cam-

pos de detenção secretos. Essas crianças foram, com frequência, entregues a casais de militares sem filhos, como "despojos de guerra". A realidade é que uma entre cada cinquenta famílias uruguaias teve um ente querido na prisão e quase todos sofreram algum tipo de tortura. Mais de um milhão de camponeses guatemaltecos de origem indígena foram deslocados como exilados internos ou buscaram refúgio no México.

A realidade é que mais de 9 mil civis inocentes foram assassinados pelos *contras* na Nicarágua, com o apoio da Casa Branca. Entre janeiro e outubro de 1986 (só para dar um exemplo e um período de tempo), 1.567 pessoas foram mortas em El Salvador, em povoados ou estradas, metralhados ou bombardeados pela Força Aérea. A realidade é que 1,3 mil pedidos de *habeas-corpus* apresentados na Guatemala, no ano passado, pelo Grupo de Apoio Mútuo de Membros das Famílias dos Desaparecidos (GAM) não receberam uma única resposta do judiciário, num governo eleito democraticamente. Cinco organizações de defesa dos direitos humanos foram fechadas em Honduras, devido às suas denúncias de irregularidades e injustiças naquele país. Muitos leigos e alguns prominentes líderes religiosos foram mortos em virtude de seu testemunho e trabalho em prol dos direitos humanos. Em suma, a América Latina constituiu-se num cemitério para as democracias no final dos anos 60 e no começo dos 70. Seus regimes militares promoveram assassinatos, desaparecimentos e torturas em escala ampla e sistemática. Mi-

lhães foram aprisionados. Protestos são ainda reprimidos pela força bruta. A imprensa é censurada e a violência institucionalizada tornou-se a norma nos regimes de exceção.

Ação das Igrejas

Os longos anos de regime militar forjaram e disciplinaram uma nova consciência e a mobilização entre as pessoas, especialmente entre as que são tradicionalmente marginalizadas dos cenários de poder econômico e político. Começou-se com coisas muito pequenas: dar assistência a uma mãe e a seus filhos, quando o pai era preso; dar abrigo a um estudante espancado; auxiliar um líder sindical perseguido a procurar asilo num país vizinho; visitar um prisioneiro ilegalmente detido etc.

As igrejas de vários países — pouco a pouco, mas com firmeza — abriram pequenos escritórios sob a proteção de um órgão ou instituição da igreja (seminário, casa paroquial, sede de conselhos, escritório episcopal) para receber pessoas que precisavam de auxílio, coordenar ações, planejar estratégias e orar. Aos poucos, eles se especializaram em assistência jurídica, divulgação e publicação ou, por exemplo, na reabilitação de vítimas da tortura e de suas famílias, utilizando recursos da igreja e profissionais de medicina e psicologia, bem como os indispensáveis recursos morais dentro da família e da comunidade da vítima, em seu caminho para a recuperação.

As igrejas têm denunciado, de maneira direta, as violações aos direitos

humanos, especialmente o uso da tortura. No Brasil, a Igreja Católica — especificamente a Arquidiocese de São Paulo — demonstrou, de forma conclusiva, como a tortura foi empregada naquele país, até 1979, como instrumento de domínio e recurso do governo contra a dissidência. Uma pesquisa secreta, conduzida por mais de sete anos, baseada em registros de tribunais militares, resultou na publicação de um livro que figura na lista dos “best-sellers” desde sua publicação, há dois meses, e já está na vigésima edição. Uma tradução inglesa foi publicada pela Random House, com o título de “Tortura no Brasil”. Como instrumento pedagógico nas mãos das novas gerações de brasileiros, a denúncia tem sido extremamente eficiente: tem reverberado através dos segmentos sociais e políticos do país, agora regido por um governo civil, porque constitui um fio de prumo ético nacional, um pungente desafio a todos os brasileiros para que jamais esqueçam o que aconteceu e nunca mais permitam que milhares sejam torturados. Há muitos outros exemplos como este, na América Latina, de protestos públicos e denúncias precisas. Eles são considerados como cruciais para o testemunho e os imperativos proféticos confiáveis da igreja, e têm suscitado apoio no mundo inteiro, por parte de igrejas irmãs e conselhos, aos povos da América Latina.

As igrejas têm-se engajado num trabalho educacional destinado a preparar o clero e o laicato para defender e promover os direitos humanos, em reuniões paroquiais, aulas de catecismo, currículos de escolas paroquiais e seminários teológicos. Esses esforços, entretanto, são muitas vezes informais, centralizados no lar ou no trabalho e há muito por fazer ainda. Relacionados com essas iniciativas educacionais são a reflexão teológica e a articulação das crenças bíblicas fundamentais sobre a opressão, a luta e a busca de uma sociedade justa. Um exemplo particularmente interessante, na Argentina, o grupo ecumênico de direitos humanos, MEDH, estabelecido por sete igrejas protestantes e três dioceses católicas em 1976, resolveu reproduzir o texto da “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, apresentando, porém, cada um dos artigos anotado com citações bíblicas e explicações da igreja. Versões em quatro línguas foram publicadas desde então, para uso em países de língua francesa e inglesa e foram ativamente divulgados pelo Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai).

As igrejas têm organizado visitas

Trimano



pastorais, além das fronteiras nacionais e regionais, a áreas críticas onde os cristãos e outras pessoas se engajaram na luta pelos direitos humanos. Já se organizaram muitas dessas missões e visitas. Elas têm sido de imenso valor, força e encorajamento, não só para o apoio espiritual de comunidades e grupos especializados em um determinado país, mas também para o visitante, que volta para partilhar experiências com seus concidadãos, mobilizando uma valiosa solidariedade ecumênica para irmãos e irmãs em outro lugar. Um projeto piloto muito interes-

sante acaba de ser desenvolvido, quando um intercâmbio inter-regional ocorreu entre líderes de igreja asiáticos e latino-americanos, engajados no trabalho com direitos humanos em seis países: Argentina, Chile, El Salvador, Filipinas, Formosa e Coréia do Sul. Copatrocinado pelo Conselho Mundial de Igrejas (CMI), o Clai e a Conferência Cristã da Ásia, as visitas, com duração de um mês, propiciaram uma compreensão profunda das formas pelas quais as igrejas em ambas as regiões têm enfrentado não só as manifestações da repressão mas também as cau-

A realidade é que uma entre cada cinquenta famílias uruguaias teve um ente querido na prisão e quase todos sofreram algum tipo de tortura

sas originais dessas violações dos direitos humanos — que com frequência apresentam uma notável semelhança.

As igrejas têm-se comprometido com o retorno da democracia e a consolidação de suas instituições, enfrentando as grandes questões da justiça, da igualdade econômica, dos direitos indígenas, da busca do diálogo e da paz duradoura na região. Isso se aplica especialmente ao chamado processo de paz de Contadora, na América Central. Não por acaso, diversas organizações de direitos humanos, relacionados com igrejas, produziram material didático sobre a natureza e as consequências da insuportável dívida externa sobre a vida social e política de seus países.

Finalmente, as igrejas e seus correspondentes grupos de direitos humanos enviam informações confiáveis e precisas sobre acontecimentos e desenvolvimentos que ocorrem num dado país e à sua clientela regional e internacional para ampla divulgação. Esses relatórios, como os preparados pelo Serviço Cristão de Assistência Jurídica (Socorro Jurídico) de El Salvador, têm-se tornado importantes documentos de referência nas sessões anuais da Comissão das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos. Relatórios têm sido elaborados, muitas vezes com um risco considerável, pelas igrejas e grupos ecumênicos de Guatemala, Honduras, Peru, Chile, Argentina, Paraguai e Guiana.

Algumas lições

Uma avaliação do trabalho das igrejas nessa área específica sugere as lições que elas têm aprendido. A reflexão é uma companheira constante da ação e a espiritualidade da luta é reafirmada e alimentada por um novo sentido de missão em muitas das comunidades cristãs da América Latina.

a) Elas aprenderam que o combate à tortura e em favor da vida não po-

de ser visto isoladamente de uma afirmação dos direitos básicos de todos, especialmente os dos pobres. A busca por uma sociedade duradoura e justa envolve uma avaliação crítica e uma mudança das estruturas econômicas e políticas injustas. O CMI foi de grande auxílio para que se expressasse o consenso de muitas igrejas na Assembleia de Nairobi: "As vítimas da tortura são muito provavelmente pessoas que se envolveram na luta pela justiça e os direitos humanos em sua própria sociedade, pessoas que tiveram a coragem de expressar as necessidades do povo".

Da mesma forma, conseguiu-se um consenso entre as igrejas com relação ao conteúdo dos direitos humanos. A tortura ou a detenção prolongada é uma grave violação e deve ser considerada como uma transgressão de muitos direitos inter-ligados, e como uma tentativa feita pelo estado para enfraquecer a luta por direitos humanos e justiça.

b) O trabalho mais importante com os direitos humanos é realizado dentro das sociedades onde ocorrem as violações. A solidariedade externa é extremamente importante mas nunca substitui a mobilização das pessoas dentro do país para combater as injustiças, defender o prisioneiro ou trabalhar pela liberdade. Este é um desafio da maior importância para as igrejas.

c) Um dos ingredientes mais significativos dentro do processo de conscientização é a participação direta do povo. As pessoas aprenderam mais quando foram diretamente afetadas por medidas repressivas e quando tiveram uma oportunidade de refletir sobre sua experiência com outras pessoas.

d) As igrejas e grupos que se mostraram mais criativos ao enfrentar violações dos direitos humanos foram os que utilizaram meios heterodoxos e não-acadêmicos. Um exemplo bastante dramático foi o da greve de fome feita no começo de 1978 por quatro es-

posas de mineiros bolivianos e seus catorze filhos, que em questão de dias mobilizou sindicatos, a hierarquia da igreja, os partidos políticos e a grande imprensa, que se haviam mostrado céticos anteriormente. A ação levou ao desmascaramento do regime militar, ao retorno dos exilados e às primeiras eleições democráticas em nove anos.

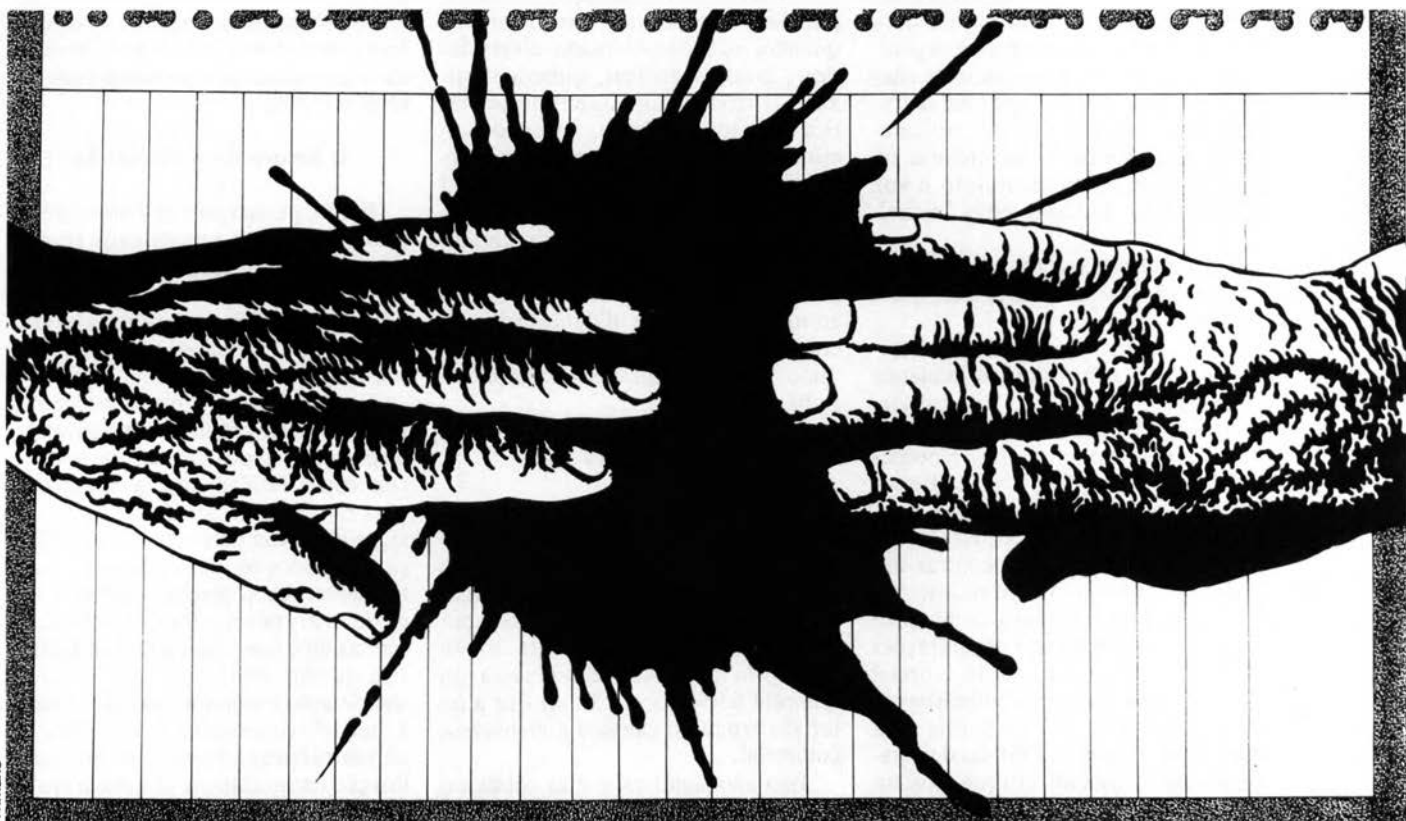
e) A experiência de muitas igrejas tem mostrado que para partir da mobilização do "poder do povo" e trabalhar por mudanças básicas, elas tiveram de unir-se com todas as organizações de direitos humanos e forças sociais em sua luta. A experiência argentina é eloquente a esse respeito, pois um regime militar acabrunhado e desacreditado perdeu prestígio e poder para um vigoroso esforço de mobilização, ao qual as igrejas evangélicas e seus órgãos de direitos humanos deram uma importante contribuição, para efetuar um retorno ao domínio do direito e a um verdadeiro, embora frágil, regime democrático civil. Este é um exemplo que *Notícias Aliadas* (um semanário ecumênico publicado no Peru) aponta como um dos "novos fatores políticos" que emergiram na longa luta contra o domínio arbitrário e ditatorial: uma opinião pública marcada pelo trauma da severa repressão e um amplo consenso antimilitarista; uma sociedade civil muito mais forte e bem organizada; um pluralismo político que ultrapasse o tradicional controle bi-partidário do governo e uma nova geração de jovens líderes democráticos, moderados e pragmáticos, determinados a servir às verdadeiras necessidades do povo.

f) A luta pelos direitos humanos tem sido um divisor em muitos casos. Tem-se observado com frequência que, nas palavras da delegação latino-americana/asiática, "todas as vezes que a igreja se torna defensora do *status quo*, ela corre o risco de legitimar ou concordar com a repressão que visa a preservá-lo". Portanto, os cristãos engajados na luta pelos direitos humanos muitas vezes ficaram isolados e foram mal compreendidos até mesmo em suas próprias igrejas. Apesar dessa situação, as igrejas se renovaram, a fé de muitos se fortaleceu, a celebração da vida cristã foi estimulada e o apostolado cristão, revitalizado.

Mais de um milhão de camponeses guatemaltecos de origem indígena foram deslocados como exilados internos ou buscaram refúgio no México

Charles Harper é secretário para questões de Direitos Humanos na América Latina, do Conselho Mundial de Igrejas.

Tradução de Maria Celina Hann.



Trimano

ARTICULAÇÃO NACIONAL *REPENSAR O CAMINHO*

A defesa dos direitos humanos no Brasil tem colaborado, nos últimos anos, para o fortalecimento da luta popular. São mais de trezentas organizações, entidades ou movimentos em todo o país. Como definir diretrizes de ação em nível nacional e, ao mesmo tempo, resguardar a dinâmica própria do trabalho de base?

Daniel Rech

A articulação das entidades que atuam na área dos direitos humanos no Brasil é uma iniciativa valiosa e necessária, no sentido de obter uma conjugação de esforços, troca de experiências e mútuo apoio. Partindo da atuação local dos pequenos núcleos, pretende-se construir uma articulação forte que interfira decisivamente na defesa dos direitos humanos dos setores populares.

Esta articulação é o Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, do qual faço parte. Nos últimos anos ela teve de enfrentar, a par dos múltiplos problemas vinculados à reali-

dade brasileira, alguns tropeços que mereceram discussão não só em seus encontros nacionais, mas também nas instâncias de base que, muitas vezes com espanto, outras vezes com impaciência, e sempre com dedicação e persistência, seguiram a caminhada desde o início de sua fundação.

Gostaria de contribuir com a discussão de uma destas questões que nos remete não só à prática geral na área dos direitos humanos, mas principalmente à questão institucional das articulações, organizações e movimentos.

Unidade e diversidade

Analisar a articulação de entidades que se dedicam à área dos direitos humanos não é fácil. Não só pelo fato de que existem muitas (o Movimento Nacional reúne em torno de trezentas), mas, principalmente, pelo fato de que existe uma diversidade impressionante entre elas.

Nos últimos anos, houve um esforço de unificar estas entidades e são marcos especiais da discussão institucional os encontros nacionais de Olin-

da e Goiânia. Nesses encontros discutiu-se fundamentalmente a possibilidade de se juntar tanto os pequenos movimentos sociais locais, alguns mais estruturados que outros, como as organizações de assessoria e mediação, num único recipiente que seria uma organização nacional, equivocadamente chamada de "movimento" (porque se trata de uma "organização" ou "articulação"), dando uma linha unitária de atuação, mas sendo instituição e voz representativa de todas estas iniciativas de base.

Penso que este esforço não considerou com a ênfase necessária duas questões fundamentais:

- que as intervenções desses movimentos locais pelos direitos humanos em suas áreas de atuação têm características diferenciadas não só no que se refere à sua prática, mas especialmente no que se refere à sua natureza de movimento — e, com isso, se diferenciando das organizações. Isto tornava especialmente difícil encontrar um denominador comum para todos;

- que, tendo natureza de atuação diferentes, movimentos e organizações necessitavam de uma relação especial de mútuo apoio por terem objetivos comuns, mas jamais se conseguiria uma unidade de estratégias e táticas de atuação na base, mesmo porque existem perspectivas muito diferenciadas na prática de cada uma destas entidades, nas vinculações e na análise que fazem da Igreja (a que a maioria está ligada), da justiça (onde atuam ou se reportam), da transformação social (que desejam e lutam para isso).

Prática e diretriz

Apesar disso, nestes últimos anos, houve uma preocupação muito grande no sentido de fazer com que houvessem direções centralizadas das iniciativas nas áreas não só dos direitos humanos, mas também na condução política de todas as manifestações dos trabalhadores. Penso que aí existe um equívoco na medida em que se esqueceu que cada uma das entidades de direitos humanos, como outros organismos de mediação e serviço, tinham ati-

vidades específicas e não podiam simplesmente se submeter a uma direção unificada que lhes determinasse os rumos a seguir.

As próprias organizações sociais e populares incorreram em equívoco quando, não considerando diversidades e lutas específicas, quiseram baixar diretrizes comuns de estratégia e tática para todo o Brasil. Isso não funcionou porque se esqueceu que a intervenção social é feita pelo grupo local e que isso é mais fundamental que a manifestação generalizada da entidade nacional, que pode abranger uma parcela da opinião pública, mas não forma, laboriosa e didaticamente, a consciência dos trabalhadores, dos oprimidos, em seu local de trabalho e moradia.

O que entra na idéia

Uma pesquisa feita por encomenda dos grandes jornais brasileiros (e não divulgada por interferência direta da Rede Globo), indica que a formação da opinião pública sobre a compra de qualquer produto é feita muito mais pela comunicação impressa do que pela televisão. A não ser que a televisão repita ao cansaço a mensagem comercial.

Isso não significa que as coisas escritas são melhores que as visuais. A vantagem, neste caso da pesquisa, se explica pelo fato de que a idéia escrita permanece mais tempo na frente do leitor que uma imagem, em tempo extremamente caro, passa pelos olhos do espectador no vídeo.

O fundamental, pois, no processo de informação e formação de consciência está na insistência e repetição da idéia. É que sempre demoramos muito para nós convencer de alguma coisa. Para se obter resultados é necessário um trabalho continuado e permanente, sem o que temos dificuldade de manter uma idéia no âmbito do convencimento por muito tempo.

Este exemplo da televisão e da repetição lembra que, muito mais que uma manifestação centralizada de uma organização nacional, no que se refere à formação de opinião e posicionamen-

to, as atividades diretas dos movimentos locais são muito mais eficientes. Isso, aliás, é confirmado pelo fato de que foram as atividades localizadas de base, bastante restritas mas insistentes, que construíram a gama de consciência que desembocou num avanço da organização dos trabalhadores em nível nacional.

O futuro da articulação

Então, penso que o Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos deve ser uma articulação de experiências locais, subsidiando e divulgando a prática política e organizando o apoio e a solidariedade mútuos, e não o inverso.

Entendo que os últimos encontros levaram muito próximo a esta inversão de posições. O problema é que se colocou como fundamental a criação de uma estrutura nacional e, a partir dela, se procurou determinar uma política para todos os que integrassem a articulação. Aqui, penso, corre-se o risco de os organismos locais desconhecerem as diretrizes nacionais e se afastarem de uma articulação como expressão de ação conjunta, quando o ideal é que os organismos locais, através de sua prática, passem a determinar a direção das iniciativas de uma articulação nacional.

Isso aprofunda a convicção de que o mais importante na articulação são os movimentos ou organizações locais, de base, as atividades de defesa dos direitos humanos das camadas populares do campo e das cidades, com pessoas determinadas, dedicadas e insistentes, que se reúnem em torno de objetivos muito bem delimitados. São estes organismos, estas pessoas que constroem a rede de sustentação da articulação nacional de defesa dos direitos humanos.

Luzes e contratos

Finalmente, devemos abandonar as velhas características das esquerdas como, por exemplo, a "tradição iluminista e contratual" no dizer de José de Souza Martins. Especificamente no que se refere às Igrejas, de onde provém a maioria dos movimentos e organizações de base vinculadas à defesa dos direitos humanos, a relação precisa considerar o apoio fundamental das mesmas e a religiosidade popular, em que, a par da dedicação à defesa dos direitos, se soma uma característica tradição de fé e novas relações de mútuo respeito e fraternidade entre os trabalhadores e os seus dirigentes.

As intervenções desses movimentos locais pelos direitos humanos têm características diferenciadas não só no que se refere à sua prática, mas especialmente no que se refere à sua natureza de movimento

"O espaço ganho pelos trabalhadores dentro da Igreja (e isso foi ganho por eles) é um espaço que a gente não pode exigir do trabalhador que abandone. Ele não pode abandonar este espaço porque foi uma conquista dele. Os trabalhadores converteram os bispos. Muitos bispos foram convertidos pela luta dos trabalhadores. A Igreja do Brasil avançou graças a esta presença dos movimentos sociais no seu âmbito. Isso foi bom para a Igreja, foi bom para os trabalhadores", disse José de Souza Martins em palestra no Rio de Janeiro, em outubro passado, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por ocasião da assembléia da Associação dos Juristas Populares (Ajup), e que transcrevo a partir de anotações, sem revisão do autor.

Quanto ao aspecto "contratual" o Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDDH) não pode continuar gastando séculos e séculos de tempo e toneladas de saliva para discutir estatutos e regimentos. O nosso estatuto já está determinado na prática das entidades que compõem a articulação. A institucionalidade, proposta e pretendida nos últimos encontros, precisa voltar à sua insignificância, para que possam aparecer as lutas concretas e a necessidade de apoio, solidariedade e divulgação das iniciativas locais.

Conclusão

Espero que este texto seja visto como uma contribuição para o debate sobre os caminhos da articulação nacional dos direitos humanos. Por isso, também, não vou concluir, mas apenas aproveitar a oportunidade para citar mais uma vez José de Souza Martins, a partir de anotações de sua palestra anteriormente citada, sem revisão:

"Eu penso que valeria a pena pensar a conjuntura em termos de um desbloqueamento dos movimentos sociais e uma espécie de atenuação das organizações como meios e veículos de expressão de certas lutas populares. É mais fácil mobilizar na periferia, no campo, um grupo popular em torno de um objetivo que parece mais ou menos imediato e que, na verdade, não é, de modo a permitir que ele pedagogicamente avance na direção de uma definição mais política, mais clara e mais objetiva de sua luta e da sua consciência."

O mais importante na articulação são os movimentos ou organizações de base, as atividades de defesa dos direitos humanos das camadas populares, com pessoas dedicadas que se reúnem em torno de objetivos delimitados



Daniel Rech é advogado e assessor jurídico da Comissão Pastoral da Terra (CPT).



O "INCIDENTE" DE VOLTA REDONDA

Moacir Werneck de Castro

Um sociólogo disse outro dia no *Jornal do Brasil* que a criminalidade nos grandes centros urbanos brasileiros aumenta em razão direta da impunidade. Resta saber até que ponto a mesma impunidade estimula o crime cometido à sombra e debaixo da proteção do Estado. Disso ninguém cuida, porque neste país o Estado é saco de pancada, é o Grande Satã, é o monstro Moloch somente na medida em que constitui um obstáculo às delícias da privatização total — mas passa a ser Providência redentora enquanto engorda um aparelho repressor contra as aspirações dos oprimidos.

Assim se explica que determinados crimes políticos jamais se esclareçam em nosso país. Foram crimes, como a

morte de Rubens Paiva, perpetrados em circunstâncias misteriosas apenas para quem não está interessado em elucidar o mistério. Cabe porém perguntar: e aqueles crimes que se cometeram à luz do dia (ou dos refletores) diante da nação inteira, quem pagará por eles? Ficarão também impunes?

Sobre o último desses crimes — o "incidente" de Volta Redonda — vai caindo uma densa, opaca e tenebrosa cortina de silêncio. Tudo se passa como se estivéssemos ainda vivendo em regime de ditadura, quando acontecimentos desse tipo faziam parte da rotina e não podiam ser objeto de denúncias, de protesto ou sequer de lágrimas. Tais ou quais medidas de violência eram necessárias para manter a integridade do regime, pois não? E dispensavam-se maiores explicações a uma opinião pública amordaçada. Como na velha fábula do lobo e do cordeiro, "la raison du plus fort est toujours la meilleure".

Crime sem razão

Realmente, em matéria de correlação de forças o "incidente" foi exemplar: do lado do lobo, as armas de praxe, Urutus, rifles e baionetas; no abrigo do cordeiro, uns pedaços de ferro e pau, umas latas de combustível. Tremenda refrega em perspectiva! Para surpresa geral, ganhou o pobre lobo.

Ao final jaziam no campo de batalhas três mortos, fora alguns desaparecidos e os feridos. Dois foram trucidados a tiros e um teve afundamento de crânio, provavelmente a coronhadas. Este se chamava Carlos Augusto Barroso, o Guto: tinha 19 anos, era mecânico de manutenção, metalúrgico filho de metalúrgico. Pouco antes servira no tiro-de-guerra de Volta Redonda.

Os dois outros mortos também eram trabalhadores. Um, Waldir Freitas Monteiro, 27 anos, que serviu no 22º Batalhão de Infantaria Motorizada de Barra Mansa, era caneleiro de alto-forno na Companhia Siderúrgica Nacional (ocupava-se em manter aceso o forno número 2), jogador de futebol nas horas vagas, casado, pai de dois filhos pequenos. E William Fernandes Leite, 22 anos, estudava inglês para trabalhar como tradutor na CSN; também serviu no Exército durante um ano. Ambos tiveram o peito furado por balas de fuzil.

Uma exibição de força inútil.
No final da refrega, três
trabalhadores mortos pelas
armas do lobo. Que vergonha,
meu Deus! Vergonha pelo
Brasil, vergonha diante de nosso
próprio povo

Três moços brasileiros, iguais a milhões de outros. Jovens, cheios de esperança numa vida melhor. Estavam lá, montando guarda ao seu local de trabalho. Não eram marginais, nem guerrilheiros urbanos, nem terroristas, eram trabalhadores honrados e respeitados no seu meio. Operários-padrão, ou que nome se queira dar. Tê-los assassinado é um crime que clama aos céus.

Que vergonha

E por que os assassinaram? Á gente cora de repetir as insânias mal-e-mal alinhavadas a título de justificativa. Seria — disseram — uma resposta ao uso da força com que os trabalhadores acenavam, insuflados por agitadores forasteiros, quem sabe alienígenas. Seria uma defesa prévia contra a desmoralização do nosso Exército por uma eventual derrota num confronto com forças civis, o que o tornaria vulnerável num caso de guerra externa. Seria um "exemplo", lamentável mas necessário...

Quanta sandice arrogante, quanto absurdo, quanto contra-senso! E que dizer do lamentável Brossard? Que vergonha, meu Deus! Vergonha pelo Brasil, que tem um governo assim; vergonha diante de nosso próprio povo, vergonha diante dos outros povos. Vergonha nacional e mundial.

Mesmo que tivesse havido excessos na aplicação de uma política sindical radicalizada pelas tensões da conjuntura, caberia ao poder público — forte nas suas armas, invencível nos seus Urutus — manter a cabeça fria, assegurar realmente a ordem e não subvertê-la, desconhecendo acintosamente a existência de uma Constituição nova em folha. Ou será crível a versão agora surgida de que o Planalto foi enganado pelos serviços militares de informação, segundo os quais a CUT estava executando um plano de tomada do poder? De qualquer modo, o massacre foi a pior saída — e a mais burra, naturalmente.

Sabedoria popular

Conseguiu-se uma exibição de força absolutamente negativa sob todos os aspectos. As simpatias da nação, como não podia deixar de ser, se voltaram para as vítimas, não obstante o cansaço que as sucessivas greves estejam causando. É que todo mundo sabe que é impossível viver com salários progressivamente corroídos por uma inflação de 1% ao dia. E que não é possível o povo trabalhar desesperadamen-



Volta Redonda: protesto popular contra a violência do Exército contra os grevistas

te para produzir gigantescos saldos da balança comercial, bilhões de dólares que se destinam integralmente ao bolso de credores usurários, em pagamento dos juros de uma impagável dívida externa, da qual resulta toda a nossa crise econômico-financeira.

Com a sabedoria inata que lhe é peculiar, o povo tira suas próprias lições dos acontecimentos. Os centros de poder não enxergam isso, empenhados que estão numa política feita às cegas e baseada exclusivamente em posições de força. Como não aprenderam a funcionar politicamente, acabam alcançando os resultados que menos desejavam. Nesta etapa de agora, recebem pela proa o crescimento do Partido dos Trabalhadores pelo país afora, o que é em parte, sem dúvida, a natural resposta popular à mais recente e cruel violência cometida contra a classe operária. Podem limpar as mãos à parede — mãos, aliás, sujas de sangue.

Moacir Werneck de Castro é jornalista e escritor. Publicado no *Jornal do Brasil* (17/11/88).



Célio Jr./Ag. Estado

BOB GOWDZAARD

"CRESCER COMO A PALMEIRA"

O presidente da Comissão Intereclesiástica para a Coordenação de Projetos de Desenvolvimento (Icco), Bob Gowdzaard, esteve no Brasil, em outubro, e ficou impressionado com o que viu: apesar da grave crise econômica, o povo ainda encontra forças para ter esperança no futuro. Membro da Igreja Reformada da Holanda, ex-deputado no Parlamento holandês e professor de economia na Universidade de Amsterdã, Gowdzaard defende a continuidade do apoio das agências européias às organizações não-governamentais do Terceiro Mundo na perspectiva da luta por uma autêntica democracia. Numa pausa de sua visita, ele deu a seguinte entrevista a Zwinglio Mota Dias e Anivaldo Padilha

um desculpa permanente para criar ódio no coração da população alemã, e eu estou profundamente preocupado que talvez esse mesmo erro possa estar sendo cometido atualmente. As dívidas não serão canceladas e isso significa instabilidade e crescente pobreza que pode comprometer todo o futuro do Terceiro Mundo.

TP — Nessa perspectiva e partindo da experiência que Icco tem tido em suas relações com o Terceiro Mundo, especialmente com a América Latina, o que o senhor pensa dos esforços para a criação de uma nova ordem econômica internacional?

Bob Gowdzaard — Eu compartilho do ponto de vista de que sem uma reestruturação monetária e econômica da ordem mundial não podemos esperar nenhuma solução para o problema da dívida, nem para os problemas dos termos de comércio dos países do Terceiro Mundo. Talvez essa crise possa até levar ao ponto de o tema da nova ordem econômica internacional voltar à agenda das discussões internacionais. Gostaria de falar principalmente da ordem monetária internacional. O crescimento do volume de dinheiro no mundo é relacionado à emissão das moedas fortes, fato que o próprio general De Gaulle criticou ao afirmar que isso dá um privilégio aos países que podem emitir dinheiro e comprar qualquer coisa em qualquer parte do mundo. Ao proceder assim, esses países não pagam mais do que o valor da impressão do dinheiro. Claro, esse privilégio tem que ser atacado e criticado pelo Terceiro Mundo.

TP — O Cedi participa da Fondad, organização criada por agências holandesas com participação de organizações não-governamentais da América Latina, com o objetivo de buscar caminhos de ação e discussão da dívida externa. Como Icco está vendo o papel da Fondad?

Bob Gowdzaard — Na minha opinião, a Fondad é uma iniciativa especialmente importante porque não é só uma iniciativa de agências ocidentais ou do Norte, mas tem um apoio forte nos corações e mentes de pessoas e também de organizações no Terceiro Mundo. Esperamos que tenha efeito na mudança das mentalidades e na forma de argumento dos governos ocidentais

TP — O senhor está no Brasil há uma semana e manteve contato com uma variedade muito grande de pessoas e de organizações. Quais as suas primeiras impressões sobre a situação do país?

Bob Gowdzaard — Às minhas impressões não podem ser muito expressivas, por causa do curto tempo. Mas vejo aqui as conseqüências do alto grau de inflação aliado à instabilidade política. A situação é muito parecida com a da Alemanha depois da 1ª Guerra Mundial. Havia uma dívida gigantesca, uma situação política instável e uma hiperinflação, o que depois de alguns anos levou à possibilidade do nazismo assumir o poder. Vocês sabem que os países que venceram a 1ª Guerra, principalmente Inglaterra e França, impuseram à Alemanha indenizações de guerra altíssimas e depois sempre se recusaram a cancelar essa dívida. Isso foi usado por Hitler como



José Lima

e dos políticos do mundo ocidental. Não podemos dizer que é somente um tipo de lobby. Fondad tenta criar uma nova forma de pensar a questão da dívida e outras questões econômicas enfrentadas pelo mundo hoje. Eu tenho profunda convicção de que a Fondad vai encontrar caminhos e também estabelecer um arrazoado político para trazer mudanças nas atitudes dos governos ocidentais, e partidos políticos do ocidente. Vocês sabem que no contexto europeu há melhores condições de se conseguir essas mudanças.

TP — Falando sobre nova ordem econômica internacional e sobre a questão da dívida externa, o senhor de alguma forma tocou nas relações entre os países do Norte e os países do Sul. Icco transfere recursos para o Terceiro Mundo com o propósito de promover o desenvolvimento. Quais seriam os elementos que fazem com que essa transferência possa realmente reverter o fluxo atual no mundo capitalista que é transferir recurso do Sul para o Norte?

Bob Gowdzaard — Vocês conhecem a velha definição de que o capitalismo é a combinação de ganhar dinheiro que traz a satisfação material junto com a filantropia que traz paz ao nosso espírito. Um grande risco de agências como a Icco é que a sociedade empurra essas agências para a prática da filantropia para usá-las como uma legitimação, como uma desculpa para continuar praticando o lucro da mesma forma que tem sido feito até agora. Se essa fosse a posição, seria bom que agências como Icco não tivessem sido criadas. O essencial das agências é a possibilidade de usar recursos para fazer duas coisas ao mesmo tempo: a primeira é apoiar movimentos organizados e que nascem do povo oprimido que encontram e desenvolvem seus próprios projetos, apoiá-los de tal forma que alternativas possam ser desenvolvidas e se tornem visíveis, alternativas à influência imperialista ocidental no Terceiro Mundo; em segundo lugar, como agência você pode ter apenas uma visão, a qual é absorver a mensagem do Terceiro Mundo e interpretá-la para a nossa própria sociedade, para os governos, sindicatos, para que eles possam pelo menos sentir a dor daquilo que nós estamos fazendo, através do nosso comércio, através do uso do nosso dinheiro e capital. Que eles possam sentir essa esperança de tal forma que os levem a desenvolver e criar uma esperança para uma mudança estrutural no mundo que atualmente oprime tantas pessoas.

Se os pobres tomam uma decisão sobre o que é bom em termos de desenvolvimento, isso deve ser apoiado pelas agências

TP — Qual a importância do documento "Justiça e misericórdia", lançado pela Icco, e que repercussão teve na Holanda em geral e, particularmente, em relação a outras agências?

Bob Gowdzaard — Seria mais justo dizer que existe um movimento paralelo nas outras agências holandesas. Cada uma dessas agências passou por uma fase que se poderia chamar "fase para ajuda ao desenvolvimento". Em parte, desde esse ponto de vista, as agências pensam em termos de bons projetos para aqueles que são pobres e depois transferem os recursos para esses projetos. Dentro desse conceito de ajuda para o desenvolvimento, a agência é o sujeito e trata as pessoas como objetos. O documento da Icco "Justiça e misericórdia" reverte essa relação. Afirma que o pobre, o oprimido, têm que ser o sujeito e o agente de seu próprio desenvolvimento. Isso significa que se eles, em comunidade, tomam uma decisão sobre o que acham que é bom em termos de desenvolvimento, isso deve ser facilitado e apoiado pela agência. Isso tem que ser feito em termos de prioridade, de justiça, porque pobreza não é um ato do destino. Tem suas raízes em tipos e formas de injustiças. Significa que você tem que lutar contra as raízes da pobreza, tanto nas sociedades ocidentais quanto nos países onde existe a pobreza massiva. O conceito de misericórdia do documento não é relacionado à interpretação tradicional. Está relacionado com o sentido bíblico da palavra, no qual a justiça tem que estar presente no contexto da consciência do amor. Em termos da América Latina eu diria que essa palavra tem que ser entendida no contexto da palavra solidariedade, no desejo de compartilhar o que você é, o que você tem, para atingir a justiça.

TP — A Icco enfrenta dificuldades, por exemplo, com autoridades do governo holandês, uma vez que uma das raízes da pobreza do Terceiro Mundo está justamente na Europa?

Bob Gowdzaard — Neste momento os problemas podem ser considerados moderados. Nós tivemos um choque com o governo em relação à ajuda enviada à Nicarágua, mas tem que ser dito que o governo holandês continua querendo manter seu apoio à Nica-

rágua. Podemos prever que nos próximos anos a tensão entre Icco e o governo pode aumentar porque de um lado ou de outro a opção pelos pobres nos leva pelo caminho que será necessariamente contra os interesses econômicos e financeiros dos países ocidentais.

TP — Parte dos recursos da Icco provêm de recursos governamentais. Como ficaria essa situação no caso de um confronto direto?

Bob Gowdzaard — É uma boa pergunta, uma situação estranha, porque Icco e as outras agências holandesas são organizações do povo holandês. Icco é uma organização das igrejas. É o braço diacônico das igrejas protestantes e, por isso, o governo, oito anos atrás, aceitou que essas organizações tivessem autonomia na escolha de como usar esses recursos. Há somente uma restrição geral. Os recursos não podem ser usados para compra de armas, por exemplo, e isso é perfeitamente aceitável. Portanto, se surgir algum conflito, é possível que a questão da autonomia dessas organizações se torne um grande debate político, o que significa que será uma escolha, um momento crítico para aqueles partidos que até hoje têm mantido e apoiado a autonomia das agências.

TP — No Brasil atualmente nós estamos vivendo um período de crise política e econômica muito grave. Um dos resultados desse processo é que a ação das organizações não-governamentais e dos movimentos populares começa a não ser tolerada. Como não é possível a repressão direta, observamos um processo nascente de criminalização, ou de busca de criminalização das ações das ONG's. A continuidade do nosso trabalho implica numa série de riscos políticos. Icco estaria disposta a compartilhar também esses riscos? E o que isso pode implicar na relação da Icco com o governo?

Bob Gowdzaard — Vamos primeiro comentar sobre que seria o conceito de democracia. A democracia não pode ser vista de uma forma simplesmente formal. Há uma distinção muito clara entre democracia formal e uma democracia substantiva. Esta também é a história das sociedades ocidentais. Não pode haver uma democracia



José Lima

formal, permanente, que significa poderes executivos, parlamentos, congressos, leis constitucionais, sem uma democracia substantiva. Tem que haver o respeito pela dignidade de cada cidadão, a não violação dos seus direitos e o desejo, a vontade, de compartilhar o poder e permitir a participação nas decisões econômicas importantes, que influenciam e têm um impacto na vida do povo. Essa é a democracia substantiva. Se as organizações não-governamentais no Brasil e em outras partes do mundo estão fazendo nada além do que afirmando a necessidade de uma democracia substantiva, então a longo prazo isso significa que trará benefícios para qualquer sociedade, qualquer governo que realmente tenha vontade de construir uma democracia. Isso me leva a um segundo comentário. Seria uma vergonha se Icco não tivesse a disposição de apoiar essas organizações não-governamentais nesse tipo de luta. Nós fazemos isso também na África do Sul. Nós temos que assumir as consequências desses conflitos com os governos, porque na Holanda a questão também não é da democracia formal, mas também de uma democracia substantiva.

TP — Como Icco está vendo o movimento ecumênico e que relações preferenciais ela tem com o Conselho Mundial de Igrejas?

Bob Gowdzaard — Essa resposta pode ser curta e clara. Icco é membro da família ecumênica e do movimento ecumênico. Isso significa que Icco também procura diretrizes ecumênicas para criar as condições de desenvolver seu trabalho, o que significa que em relação ao que atualmente acontece nesse processo conciliar, de chegar a uma igreja confessante, em relação às raízes da pobreza no mundo, as quais significam uma falta de vontade de caminhar no caminho da paz. Há também

a uma grande crise ecológica que significa uma falta de respeito com a integridade da criação. Nesses aspectos queremos estar nas fronteiras de uma igreja confessante, que é muito mais do que simplesmente um jogo de palavras, porque confessar significa agir e assumir as consequências dessa ação.

TP — Pela primeira vez, nos últimos anos, o Vaticano se volta contra os bispos que estão profundamente envolvidos nos movimentos populares. O senhor poderia nos dizer alguma coisa de como esse processo está sendo visto na Europa?

Bob Gowdzaard — Em São Paulo, participei de um ato de homenagem a dom Pedro Casaldáliga. Fiquei profundamente impressionado com a coragem espiritual dele e das pessoas que estavam lá. Desse ponto de vista é difícil acreditar que possa haver uma crítica por parte do Vaticano, porque não se pode criticar isso do ponto de vista da ortodoxia. Então algo diferente está acontecendo. Eu creio que isso tem a ver, por um lado, com a questão do poder na igreja. Pessoas que não estão seguindo as diretrizes centrais a longo prazo passam a ser um risco para esse poder central. Um outro elemento tem a ver com a Nicarágua. Eu me surpreendi, estando na reunião do Clai, ao ver cristãos ortodoxos, que apreciam a liderança assumida por Cuba e Nicarágua, na resistência contra o imperialismo americano porque isso é visto na perspectiva da relação Norte-Sul. Mas se você tem um papa que na sua origem é polaco e que o Vaticano está localizado na Itália que é um país da Otan, então a tendência é olhar essas questões do ponto de vista das relações Leste-Oeste. Então nesse conflito Leste-Oeste, Nicarágua e Cuba se transformam num risco aos valores ocidentais. Visto por esse prisma, um bispo que torna bem cla-

ro o seu ponto de vista de ser antiimperialista, não como um objetivo em si mesmo, mas porque está olhando de um ponto de vista da América Latina, que desenvolve essa posição de acordo com suas próprias regras, seus próprios valores, significa um risco nas relações Leste-Oeste. Quando isso é visto do ponto de vista das relações Leste-Oeste, creio que os interesses políticos desempenham um papel importante como pano de fundo do medo do papa que não quer dar apoio total a idéias que possam diminuir ou minar essa luta do "mundo livre" contra o comunismo. É claro, esses comentários são especulativos.

TP — Que impressões o senhor leva do Brasil e das igrejas evangélicas da América Latina, depois de ter participado da Assembléia do Clai?

Bob Gowdzaard — Estou surpreso e muito contente. Surpreso porque a idéia européia sobre os pentecostais e igrejas batistas é que elas são por definição espiritualistas e não relacionadas com as questões do mundo. Claro, estava consciente que teria aqui outras variedades, mas ver igrejas protestantes ou evangélicas conservadoras que querem se dirigir e se preocupam com o povo, ver também seu futuro em relação aos pobres, isso é uma coisa que muito me surpreende e me alegra. Surpreende-me também ver um tipo de desespero. Por exemplo, no Brasil você encontra uma profunda crise econômica combinada com uma falta de perspectiva política real, onde as possibilidades de se criar alternativas ainda estão muito longe. Quando você vê elementos de desespero, é também importante ver como a esperança surge, quais as origens da esperança. A esperança nasce no momento em que as possibilidades humanas parecem estar sendo impossíveis. Isso me lembra como a palmeira cresce e floresce no meio do deserto. Faz-se um buraco profundo, mais ou menos de vinte metros e se coloca uma palmeira nova e cobre-se com areia, e várias pedras grandes fecham o buraco. Mas a palmeira quer crescer. Ela não pode crescer para cima, por causa das pedras. Então ela cresce para baixo, até encontrar um banco de água. Nesse momento, ela se fortalece e cria força suficiente para crescer e rompe o bloqueio das pedras. A palmeira cresce sob pressão, e nesse caso você tem que ir às raízes, fortalecer as raízes, você tem o contato com a água viva, isso também é uma figura evangélica, então você adquire a força suficiente pra crescer.

ELEIÇÕES MUNICIPAIS

A RUPTURA SILENCIOSA



Douglas Mansur

Sem grandes manifestações de massa, sutil e habilmente a população brasileira — especialmente dos grandes centros urbanos — transformou as eleições municipais de novembro num instrumento de ruptura com o poder oficial. Apesar do peso do “voto de protesto”, a politização revelou-se em toda a sua plenitude

Florestan Fernandes

As eleições municipais mostraram, de baixo para cima, que onde não imperam o clientelismo, o mandonismo e o voto de cabresto, o Brasil está chegando à ruptura com os resíduos da ditadura e com a “nova” República de forma predominantemente espontânea, profunda e irreversível. Sobre a tona um quadro de transformações descontínuas, mas constantes, que se intensificam apesar do esforço contrário do governo e contra ele, o qual os analistas negligenciaram. Por acreditarem no sistema de poder oficial e na hegemonia burguesa (nacional e imperialista), os analistas subestimaram a importância decisiva da reação popular, os efeitos construtivos do conflito (sob a forma específica das lutas de classes e incluindo várias

categorias de oprimidos e espoliados, bem como setores insatisfeitos ou indignados da pequena burguesia e das classes médias tradicionais). Os antigos sociólogos empregavam a noção de controles sociais reativos. Coisas que ocorrem sem visibilidade, como a deterioração progressiva do sistema de poder, o aumento da corrupção nas “altas esferas”, a erosão do prestígio de pessoas ou da eficácia de instituições vitais para a coletividade, a inobservância crescente de expectativas estereotipadas de comportamento etc., acabam encontrando freios em resistências ou em punições exemplares inesperadas.

As etapas que assinalam o percurso das frustrações da ruptura (e, por conseguinte, o seu adensamento e in-

vitabilidade) são bem demarcadas: as promessas da Aliança Democrática, pela boca e pela pena de Tancredo Neves; a afoiteza da “nova” República e dos partidos da ordem de simular o que não eram (e não pretendiam ser); o percurso do plano cruzado e da ascensão e das quedas meteóricas do PMDB, do infinito ao zero; o reformismo retórico e o “tudo pelo social”, cumpridos ao revés; a inversão da política da dívida externa; o cerco externo e interno ostensivo, por autoridades governamentais e os “grandes interesses”, aos trabalhos do Congresso Constituinte; as sucessivas políticas de duro arrocho salarial, com plena liberdade de expansão dos lucros, da ciranda financeira e da corrupção encoberda ou descarada; e os abusos das Forças Armadas em atividades repressivas e exteriorização de que o vetor militar detém o poder político estatal, por cima do “outro” (o presidente), os demais ministros e poderes institucionais, os partidos da ordem etc., a brucutização da repressão, em escala espantosa, mesmo em cidades como Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte; a catástrofe de Volta Redonda, uma mancha que jamais será apagada na história das Forças Armadas, das covardias da “nova” República e do terrorismo a partir de cima, inerente a governos fracos, que combinam ditadura com pseudodemocracia, catástrofe que reforçou o asco dos trabalhadores e da opinião pública contra a violência privada e estatal, no campo e nas cidades.

“Eleições solteiras”

As eleições demonstraram, nas regiões mais ricas, desenvolvidas e cultas, que, sem um poder local estruturado, a democracia que sobe da terra, como a grama, e uma cultura cívica sólida, os municípios jamais serão a seiva e as veias do sistema de governo. O poder oficial ignorou essa realidade. Consequência, ela lhe infligiu a sua pior derrota, talvez a definitiva. A ruptura não foi lograda graças às grandes manifestações de massas (por exemplo, as diretas já), pela presença e influxo do Congresso Constituinte, pela ação corajosa dos partidos de oposição, débeis demais para isso e imobilizados pelos conservadores, articulados no tope dos quatro poderes (o Exe-



cutivo, o Legislativo, o Judiciário e o Militar) ou através das consequências imediatas da instituição de uma ordem constitucional nova. Não obstante, ela foi lograda por "eleições municipais solteiras", inicialmente vistas como desprezíveis pelo esquema de poder vigente, institucional e partidário, que acreditou em sua onipotência. Elas funcionaram como o furúnculo: concentraram o pus e permitiram a lancetada que desatou o tratamento. Note-se: até os partidos de esquerda, que se envolveram a fundo no pleito eleitoral, não o politizaram como seria do seu dever e necessidade. Os partidos da ordem isolaram a politização, como um mal em si. Para vencer, dependiam disso, garantia de uma consciência social opaca entre os de baixo e da impotência político-partidária da imensa maioria dos eleitores.

Ora, a politização revelou-se em toda a sua plenitude e vitalidade, como produto espontâneo de um solo fértil — o solo histórico que resultou da conjugação da antiga ditadura militar com a "nova" República e com a crise econômica, institucional e política que apodreceu o Estado e está deteriorando a sociedade civil. Uma politização variável, quanto à intensidade, mas limpa, pura e corajosa. A oposição ajudou a soprar o borralho e a acender o estopim da indignação. Mas ficou

nisso, no empurrão, empenhada em resguardar a sua imagem "responsável" e em "conquistar posições", para desencadear, mais tarde, as mudanças democráticas estruturais a partir de cima, isto é, através do controle parcial da máquina do Estado a nível municipal.

Naturalmente, falou-se em socialismo, em participação, em poder popular. Porém, a mensagem socialista ardorosa ou ficou dentro do peito ou foi difundida em tons baixos. Perdeu-se a oportunidade histórica com referência ao fim maior. As verbalizações se tornaram mais firmes e pelo menos conceitos como socialismo e comunismo deixaram de ser palavrões. O PT e o PDT abriram sulcos maiores nesse solo histórico fértil e, de fato, o PT finalmente apareceu como uma alternativa de poder, com tudo o que isso tem de bom e de ruim para um partido que carrega a bandeira do socialismo proletário. Luiz Inácio Lula da Silva não é mais a caricatura de um postulante à presidência da República. É um candidato que precisa ser levado a sério e que possui um cacife político forte.

Variantes inevitáveis

As perspectivas que se descortinam para o futuro próximo permitem colocar a democracia de participação ampliada em nosso código político. Como demonstram de diversas maneiras o noticiário, os comentários e os artigos publicados pela imprensa, com elogiável insistência e coragem, o governo dançou sobre o fio da navalha de um retrocesso militar. O teste de Volta Redonda, além do luto permanente que nos impõe, salienta que um golpe branco ou armado é muito difícil e complexo. Na política nada é improvável. Mas o teste foi desastroso tanto

para os militares, quanto para a burguesia reacionária, nacional e estrangeira. Ronaldo Caiado leu direito o que decorre do experimento principal, as eleições municipais: como sustentava a esquerda, os dilemas sociais terão de ser decididos no campo político. através das lutas de classes.

Em poucos dias, a nação exibiu o que aprendeu através de uma aprendizagem prolongada e dolorosa, ou sumo de experiências seculares. Os partidos terão que se organizar — na direita, no centro e na esquerda, com as variantes inevitáveis — e que posicionar-se com clareza ideológica e política. Os cidadãos decidirão o seu querer social coletivo por essa mediação essencial, que acabará alcançando o Estado e a sociedade civil como um todo. Reforma capitalista do capitalismo, reforma social dentro da ordem ("democrática", como dizem os europeus que a perfilham), revolução contra a ordem? O solo histórico sofreu muitas fendas, sem que seja possível recompor o triste estado de coisas, que saiu batido e condenado das eleições.

A ruptura se desvenda como um processo macrosociológico, de natureza histórica, e sinaliza múltiplas saídas, para um país que parecia "sem saída", inexoravelmente destinado à eternização da miséria, ao imobilismo e à prepotência dos de cima. Nesse sentido, as eleições marcam o fim da ditadura e de sua continuidade dissimulada. Ao mesmo tempo colocam as próximas eleições presidenciais em um contexto histórico que pressupõe o nascimento e a consolidação de uma República democrática como ponto de partida.

Florestan Fernandes é sociólogo e deputado federal (PT/SP). Este artigo foi publicado no *Jornal do Brasil* (5/12/88).



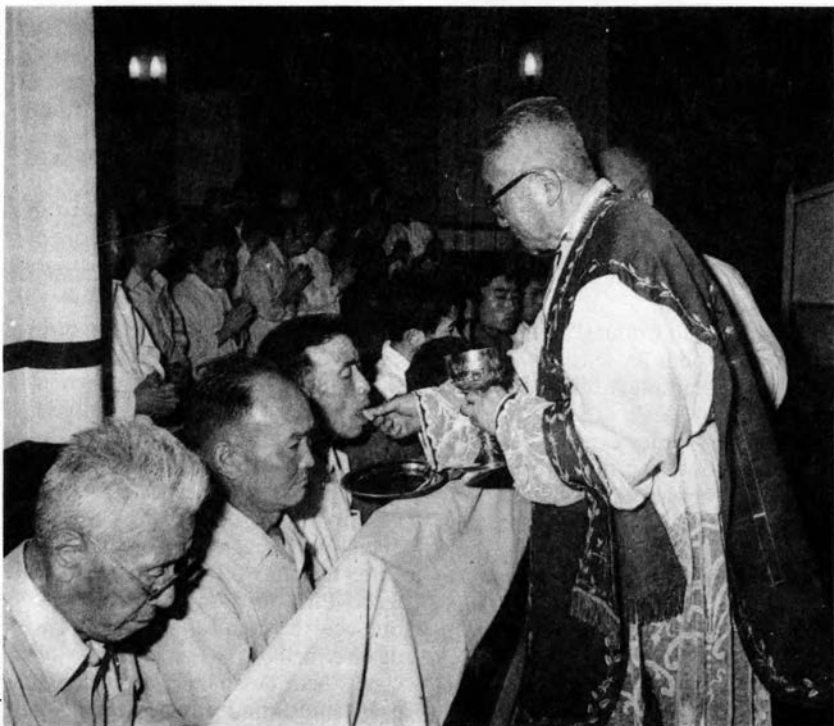
Leia e assine a revista Tempo e Presença

Assinatura anual Cz\$ 5.000,00 Assinatura de apoio Cz\$ 7.000,00
Exterior: US\$ 30

Tempo e Presença é uma publicação mensal que acompanha a realidade brasileira e latino-americana na perspectiva da pastoral popular e dos movimentos populares.

Faça sua assinatura através de *cheque nominal* para o CEDI, Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

A IGREJA NA CHINA



Arquivo Frei Betto

Frei Betto

Para se compreender a peculiaridade da Igreja católica na China é preciso conhecer algo de sua história. Os primeiros cristãos a chegarem ao País do Meio foram monges nestorianos provenientes de Odesa, no século 7º. Fixaram-se na província de Shaanxi e desenvolveram uma atividade pastoral que durou dois séculos. Contemplamos no museu de Xian, capital de Shaanxi, a estrela que registra a fundação da Igreja nestoriana e na qual o Cristianismo é qualificado de "ensino luminoso". Em fins do século 13 houve nova tentativa missionária por parte dos franciscanos italianos de Monte Corvino, que fundaram conventos e paróquias. Porém, pode-se atribuir a penetração da fé cristã na China ao memorável trabalho do missionário jesuíta italiano Mateus Ricci, que ingressou no país em 1583, após haver aprendido o idioma em Macau. Ricci combinava uma sólida for-

mação sacerdotal com os mais avançados conhecimentos científicos de sua época. Capaz de compreender a alma chinesa, como nos disse em Pequim o bispo Dzung Hwai De, ele anunciou o Evangelho ao imperador Shenzong e converteu o primeiro-ministro Xu Guang, o que facilitou a expansão da fé entre as camadas populares. Contudo, sua proposta de adaptação pastoral à cultura chinesa, incorporando valores confucionistas como o culto aos antepassados, foi rejeitada por Roma por ocasião da querela dos ritos, suscitada 35 anos após a sua morte. Mesmo censurado em seus métodos de evangelização — embora "anistiado" em 1939 — Mateus Ricci permanece modelo aos novos missionários e sua memória é preservada pelo governo chinês. Visitamos o seu túmulo em Pequim, destruído pela Revolução Cultural, e, agora, restaurado.

Em 1724, edito do imperador Yung

De 4 a 25 de outubro de 1988, um grupo de leigos, de religiosas e padres brasileiros e canadenses esteve em visita aos católicos da China. Entre eles estava Frei Betto, que escreveu suas impressões sobre a viagem e a situação da Igreja naquele país

Cheng proíbe a pregação cristã sob pena de morte. A atividade missionária só ganha novo impulso a partir de 1840, com a chegada das potências imperialistas. É curioso constatar, e ao mesmo tempo triste, o quanto missionários católicos pegaram carona, desde a descoberta da América, nas empreitadas colonialistas. Todavia não obtiveram o êxito esperado as novas investidas. Como sublinhou monsenhor Dzung, havia muito zelo missionário e pouca sensibilidade para a vida do povo. Os padres estavam demasiadamente identificados com os colonizadores europeus. A ponto de se difundir um novo provérbio chinês: "Um cristão a mais, um chinês a menos".

Durante os conflitos entre o Kuomintang e o Partido Comunista, a Igreja sempre se colocou ao lado dos partidários de Chiang Kai-Shek. Quando se instala o governo fantoche da Manchúria, depois do Japão o segundo Estado a reconhecer a "independência da nova nação" foi o Vaticano, como mostra o filme *O Último Imperador*, de Bertolucci. Tal erro diplomático iria comprometer gravemente as futuras relações entre Pequim e Roma. Para os revolucionários, a tolerância, a não-violência e a resignação pregadas pelos missionários era parte da estratégia colonialista de submissão do povo.

Em 1946, havia no país cerca de 3 milhões de católicos distribuídos em 143 dioceses, sendo que apenas 25 delas dirigidas por bispos nativos. Vito-



Inscrição no túmulo de Sung Tatseng, em Nanquim: "Tudo o que há debaixo do céu pertence a todos"

riosa a 1º de outubro de 1949, a Revolução operou uma virada radical na história da China. O Vaticano, imbuído de um anticomunismo sectário, não foi capaz de compreender que a Revolução livrara o povo chinês de séculos de dinastias, de estruturas semi-feudais e da opressão colonialista que chegara ao cúmulo de dividir metrópoles como Xangai em "concessões estrangeiras", ou seja, bairros inteiros sob soberania inglesa, japonesa, francesa ou norte-americana, com direito à extraterritorialidade — os crimes aí cometidos por estrangeiros eram impunes pelas leis chinesas... E em apoio a Chiang Kai-Shek, sacerdotes organizaram um batalhão de soldados católicos para combater o comunismo.

A Revolução deu ao povo chinês independência, autonomia e justiça. Da porta do parque de Xangai foi derrubada a placa que advertia: "Proibida a entrada de cães e chineses". Nesta ordem, Roma, entretanto, manteve sua intransigência anticomunista. Apoiou ações contra-revolucionárias, estimulou padres e bispos a integrarem o êxodo rumo a Taiwan e nomeou para esta ilha o que a China nunca merecera: um núncio. Os católicos, identificados pelo regime como contra-revolucionários, foram encarcerados ou passaram à clandestinidade.

Em 1957, os católicos que apoiavam o socialismo chinês fundaram formalmente em Pequim a Associação Patrió-

tica Católica da China. Hoje, há também a Associação Patriótica Protestante e o equivalente para as demais religiões. A Associação Patriótica não pode ser confundida com a Igreja Católica na China. Aquele é um movimento que reúne católicos que apóiam a política oficial, inclusive no que concerne às relações diplomáticas com o Vaticano, e monsenhor Dzung é o seu atual presidente. Ele nos disse em Pequim: "Queremos uma Igreja sintonizada com os sentimentos do povo e em harmonia com os costumes do país. Ela quer incentivar todos os católicos no amor à Igreja e à pátria". Devido ao fato de o Vaticano ser o único Estado europeu que ainda reconhece Taiwan como a única China — o que nem a ONU admite — a Associação Patriótica apóia os católicos chineses que romperam seus vínculos canônicos com Roma.

A Revolução Cultural atingiu indistintamente todas as religiões. Leigos, religiosos, sacerdotes e bispos foram remetidos às prisões e campos de trabalho, imóveis foram confiscados, templos destruídos. O principal templo lamaísta de Pequim, uma relíquia histórica e artística, só não foi posto abaixo porque Chou En-Lai teve o bom senso de instalar ali uma guarnição do exército, para protegê-lo dos Guardas Vermelhos. A catedral de Pequim virou usina elétrica; a igreja da Imaculada Conceição, em Taiyuan, oficina de carros. Ali fomos recebidos pelo bispo franciscano Yang Sin, que durante a Revolução Cultural trabalhou numa olaria. Da catedral de Xian fizeram um entreposto e da igreja da Sagrada



Aldeia de Tai Lai Qiao: chá e coca-cola

Família, em Wuhan, fábrica de peças. O bispo de Wuhan, Dung Gwang Ching, trabalhou como jardineiro. E o material litúrgico da catedral de Nanquim só foi salvo porque o próprio Birô de Assuntos Religiosos — o órgão do governo para contato com as religiões e aplicação da política religiosa — o escondeu. A igreja de São José, em Wuxi, virou entreposto de pesca e o clero de Xangai foi trabalhar numa fábrica de guarda-chuvas. Em Pequim, perguntamos ao bispo Du Shi Hua, reitor do seminário nacional, o que significara para a Igreja a Revolução Cultural: "Fomos todos conduzidos a lugares de 'reeducação'. O trabalho manual foi bom para nós — disse ele — pois nos reaproximou do povo e nos deu melhor percepção de seus problemas. Adquirimos também maior disciplina. Foi para nós uma semente de martírio. Daquele período paradoxalmente brotou algo positivo: agora temos uma fé mais amadurecida. A Igreja ganhou mais fervor. A experiência de Deus nos salvou da grande miséria".

O martírio durou dez anos. Nem todos resistiram e alguns renegaram a fé, sendo posteriormente acolhidos com misericórdia pela comunidade. Em Nanquim, indagamos de Zhang Bing Duo, membro do Partido e presidente do Birô de Assuntos Religiosos, o que ocorreu com todos aqueles Guardas Vermelhos que cometeram violências: "Não duvidamos da sinceridade e do entusiasmo das pessoas no momento daquela moda — respondeu. A maioria reconhece hoje que, no conjunto, o que se fez foi um erro. Agora não interessa fazer acusações pessoais ou querer saber quem destruiu esta ou aquela igreja. Queremos evitar uma caça às bruxas. Mas temos consciência de que fomos todos mais ou menos culpados. O que aconteceu não foi em razão de responsabilidade pessoal, mas do país e da sociedade. E é claro que há ainda quem continue com as mesmas idéias. Nosso Birô se esforça para convencer aqueles que ainda conservam preconceitos anti-religiosos de que é correta a nossa política de liberdade religiosa". O curioso é que muitos membros de Birôs de Assuntos Religiosos — existentes a níveis municipal, provincial e nacional — estiveram nas mesmas prisões e campos de trabalho lado a lado com os cristãos. Isso certamente facilita o atual entendimento entre Igreja e governo e, sobretudo, torna a Associação Patriótica menos preocupada em denunciar o que considera a política intervencionista do Vaticano.

Relações com o Vaticano

Pequim tem dado sinais de abertura ao reatamento de relações diplomáticas com o Estado do Vaticano, rompidas desde 1951. Madame Chao Jinru, vice-presidente do Birô Nacional de Assuntos Religiosos, deixou claro para nós que o reatamento está sujeito a duas condições: 1) ruptura das relações do Vaticano com Taiwan, seguida do reconhecimento da República Popular da China como única nação chinesa; 2) não interferência nos assuntos internos do país. O governo chinês não ignora que Roma estaria disposta a ceder no primeiro ponto e interessada em discutir mais profundamente a hermenêutica do segundo. É aqui que reside a dificuldade maior. A Igreja Católica na China assume, em sua parcela pública, a linha da *tríplice autonomia* definida pelo regime: auto-sustentação, auto-administração e autopropagação. O que leva a comunidade a se atribuir o direito de eleger, como na Igreja primitiva, os seus próprios bispos. Roma evidentemente não aceita tal situação para outros países, mas no caso da China ela demonstra certa tolerância, como veremos adiante. Porém, com o reatamento, é provável que o Papa reivindique seu privilégio de nomear diretamente os bispos. O que hoje Pequim encara como intromissão na vida interna do país, como ocorreu em 1981: após 22 anos na prisão, mantendo sua fidelidade ao Papa, o bispo Dominique Tang foi solto e imediatamente eleito pela comunidade para dirigir a diocese de Cantão. Simultaneamente, a Sé Apostólica, numa inadequada atitude unilateral, anunciou publicamente a nomeação de Tang a arcebispo da mesma diocese. Ao desempenho pastoral na discreta fidelidade ao sucessor de Pedro, Roma preferiu fazer uma demonstração de poder. Tal atitude custou a expulsão de Tang da China e a volta, à estaca zero, das lentas, difíceis e cuidadosas negociações entre Pequim e a Secretaria de Estado do Vaticano.

Um número considerável de católicos chineses insiste na comunhão doutrínaria e canônica com Roma e, portanto, se recusa a reconhecer a Associação Patriótica, que faz a ponte entre o governo e a parcela da Igreja que aceita a política oficial. Tais fiéis, embora vivam como cidadãos, professam sua fé na clandestinidade e celebram nas catacumbas. Aqueles que se tornaram reconhecidos sujeitos a Roma encontram-se nas prisões, acusados de vínculos com uma potência es-

trangeira.

A situação da Igreja na China é tão singular e delicada que qualquer juízo precipitado pode incorrer em equívoco ou avaliação injusta. A Igreja, com as suas 2 mil paróquias, não é considerada herética ou cismática aos olhos de Roma. Aliás, alguns bispos chineses se gabam de ser "mais romanos do que Roma", pois as missas, celebradas em latim e de costas para o povo, seguem o rito do Papa Pio 5º, os seminaristas são formados praticamente enclausurados, a adoração do Santíssimo e a reza do terço integram a vida litúrgica. Nesses últimos oito anos, houve cerca de 600 mil batizados, muitos de adultos. Em todas as igrejas há coral e catecumenato. É através do testemunho dos fiéis que a graça do Senhor tem encontrado acolhida. Contou-nos o bispo Dzung: "Quando operários vêm pedir o batismo, indagamos por que desejam tornar-se cristãos. A maioria confessa que se sentiu atraída pelo exemplo dos companheiros católicos. Quando encontram um católico, encontram uma pessoa dedicada ao próximo, capaz de amar o seu semelhante, e um trabalhador modelo".

Em 1987, 1,6 mil católicos das grandes cidades foram escolhidos, por seus colegas de trabalho, como operários-modelo. Para a Igreja, são 1,6 mil apóstolos que evangelizam através do respeito e da admiração que suscitam. Há pequenas cidades nas quais a maioria da população é católica, mormente na província de Shandong. Em todo o país a Igreja amplia suas obras de assistência social. É curioso constatar o fato de um governo socialista admitir que a Igreja mantenha creches, asilos, hospitais e escolas. Em Pequim, a diocese organizou uma escola de idiomas que ensina francês, inglês e japonês. Em três anos, ali já se graduaram 2 mil alunos, inclusive funcionários do governo. A diocese de Wuhan mantém quatro escolas femininas abertas a não-católicas, onde se aprende caligrafia, arte, trabalhos manuais, contabilidade, higiene e nutrição. Em Nanquim, a renda da diocese é alimentada por um hotel, um restaurante e uma fábrica de instrumentos musicais.

A presença católica estende-se também à esfera política. Encontramos vários bispos que são membros do senado nacional — a Assembléia Consultiva do Povo — e padres deputados em suas províncias. No último levantamento, há três anos, 950 católicos exerciam funções eletivas em assembleias municipais, provinciais e nacional. Os cristãos com que conversamos disseram

que o exercício de mandato político é a prova de confiança do povo nos homens da Igreja e facilita a evangelização. É bem verdade que tais mandatos não são exercidos profissionalmente, como no Brasil, e as assembleias se reúnem algumas vezes ao ano. Contudo, pareceu-me que tal vinculação política poderia dificultar o profetismo da Igreja e o seu testemunho de independência frente ao Estado.

Como se dá a divisão entre católicos públicos e clandestinos? Há católicos "romanos" que freqüentam liturgias oficiadas por membros da Associação Patriótica e aceitam os sacramentos por eles ministrados como válidos. Aliás, Roma também aceita tais sacramentos como válidos. E há outros, sobretudo sacerdotes, que consideram fa-

As religiões

São quatro as religiões conhecidas e protegidas pelas leis chinesas: Budismo, Taoísmo, Islamismo e Cristianismo. Os chineses dizem "cinco", pois distinguem catolicismo e protestantismo. Oficialmente, o protestantismo não se encontra dividido em diferentes denominações, mas forma uma só Igreja, sob a direção do bispo anglicano Ding Guang-Xun. De fato, as diferenças confessionais perduram, apesar dos pastores e ministros receberem formação comum. São cerca de 6 milhões de protestantes no país. A religião predominante é o Budismo, com cerca de 100 milhões de fiéis, incluída a sua versão tibetana, o lamaísmo. Este é especialmente forte no Tibete e na Mongólia Interior. O Islamismo conta com adeptos entre pequenas etnias. Quando morrem, todos os chineses são imediatamente incinerados, exceto os muçulmanos, que obtiveram do governo o direito de manterem cemitérios. As cinzas dos católicos vão para um *columbário*, que visitamos em Xangai: pequenas urnas guardadas em armários com vidros transparentes, cercadas do retrato do defunto, de santinhos e de flores. Para os católicos não há problema em celebrar cerimônias fúnebres sem a presença do defunto. Missa de corpo presente só mesmo no inverno, quando se admite retardar um pouco a incineração.

Os católicos são cerca de 4 milhões, na opinião da parcela da Igreja reconhecida pelo governo. Esta parcela congregaria 3 milhões de fiéis, sendo que o restante, por não aceitar a política religiosa do regime, professaria a fé na clandestinidade. Mas segundo os católicos clandestinos, haveria 6 milhões de católicos no país, metade públicos e metade clandestinos. Os públicos estão divididos em 120 dioceses sob a direção de 57 bispos. Há outros bispos que não são contados entre estes, por manterem vínculos com Roma. Há no país cerca de mil sacerdotes e igual número de templos.

Desafios para o reatamento

1. Roma não deve recuar em sua atual tolerância à situação peculiar da Igreja na China. Deveria mesmo avançar na concessão de direitos especiais, sobrepondo a integridade da fé às exigências canônicas contornáveis. Deveria também prosseguir no estímulo ao contato da Igreja universal com os nossos irmãos chineses.

2. Do ponto de vista evangélico e político, seria muito importante que o Vaticano abandonasse o quanto antes a inadequada posição de único Estado europeu a reconhecer o regime de Taiwan — só reconhecido atualmente por governos tipo África do Sul — e reatasse relações com a República Popular da China.

3. O fato de os católicos padecerem em prisões na China não deveria servir de motivo para retardar o reatamento, uma vez que Roma jamais deixou de manter relações com ditaduras militares tipo Brasil, Chile, Argentina e Uruguai, que assassinaram, prenderam e expulsaram leigos, religiosas, padres e bispos. Muito menos se justifica o rompimento de relações com um governo que logrou implantar a justiça social, tão preconizada pela Igreja, numa nação que abriga 1/5 da humanidade.

4. A delicada questão dos católicos que se mantiveram fiéis ao Papa, em detrimento da própria fidelidade à pátria, se constitui sem dúvida num problema ético de alta razão humanitária. Pode-se encontrar saídas adequadas ao problema como, por exemplo, obter do go-

verno chinês, no momento de restabelecer as relações, a libertação de todos os católicos que se encontram nos cárceres por razões políticas e o direito de emigração aos que desejarem viver a sua fé junto a comunidades católicas estrangeiras.

5. A situação da Igreja na China recoloca, necessariamente, o problema do estatuto canônico da Igreja local, legitimado pela teologia do Vaticano 2º. As exceções abertas por Roma, como o direito de bispo nomear bispo, sem passar pela prévia aprovação do Papa, deverão inevitavelmente ser ampliadas no contexto dos países socialistas.

6. É provável que no processo de reaproximação com Roma a Igreja na China tenha que repensar seus vínculos com a estrutura estatal. A acusação ocidental que a Igreja é controlada pelo Estado, que me parece infundada, ganha força na medida em que membros da hierarquia eclesial são também membros da hierarquia política oficial. Ora, é bem verdade que Roma jamais implicou com membros do clero que exercem funções oficiais junto a governos burgueses. A dificuldade vaticana aparece quando se trata de governos populares, como o da Nicarágua. Embora se deva admitir exceções, como no caso sandinista, creio que a desvinculação de membros do clero com a estrutura política oficial facilita o desempenho profético da Igreja.

tor de excomunhão qualquer tipo de contato com os católicos "patriotas". Os "romanos" celebram clandestinamente em casas de família, mantêm seminários ocultos e asseguram precárias formas de comunicação com o Vaticano. O bispo Dzung nos revelou como os católicos públicos se comportam diante dos clandestinos: "São nossos irmãos na fé. Mas do ponto de vista pastoral a atitude deles ameaça a unidade da Igreja chinesa e enfraquece o nosso impacto evangélico sobre a sociedade. Queremos que eles se juntem a nós".

Não é correto afirmar que há duas Igrejas na China, uma oficial e outra nas catacumbas. O Vaticano inclusive não aceita tal distinção, pois ele reconhece como válidos e legítimos alguns dos 57 bispos chineses. Há ainda bispos clandestinos reconhecidos por Roma. A Congregação para a Evangelização dos Povos, quando presidida pelo cardeal Agnelo Rossi, abriu à China, em 1978, notável exceção: os novos bispos "romanos" não precisam ser necessariamente nomeados pelo Papa. Podem — e o são — ser escolhi-

dos por um bispo válido e legítimo aos olhos da Sé Apostólica. Para indignação do governo chinês, um livro contendo tal privilégio foi distribuído clandestinamente no país. Calcula-se que há de trinta a quarenta bispos clandestinos. Entretanto, devido à formação muito pouco sistemática que recebe, o clero "romano" encontra-se agora desestimulado a fazer novos bispos.

Reabertos em 1982, há atualmente sete grandes seminários regionais e dezenas de seminários menores. Nos primeiros, o curso compreende dois anos de filosofia e quatro de teologia. Perguntamos ao bispo Dung Gwang Ching, reitor do seminário regional de Wuhan, se o currículo incorpora a tradição filosófica chinesa: "Além do tomismo — disse ele — apresentamos outras tradições cristãs do Ocidente e as diferentes escolas filosóficas da China, como Confúcio e Mêncio. A filosofia escolástica e o confucionismo são semelhantes, o que é uma vantagem para nós". Visitamos em Pequim os seminários nacional e diocesano, bem como os que se encontram em Taiyuan, Wuhan e Xangai, regionais, e o seminário me-

nor de Wuxi. Atualmente com cinquenta seminaristas, o seminário nacional de Pequim foi reaberto em 1984, após três anos de discussão sobre o seu projeto. Todos os candidatos devem ter no mínimo dezoito anos e nível secundário de instrução. São originários de todas as províncias, exceto do Tibete, predominantemente lamaísta. Em geral são filhos de camponeses católicos. No currículo, além de filosofia e teologia, história da cultura da China, ministrada por professores universitários, e línguas: latim, inglês, francês e alemão. Aprendem ainda noções de medicina popular, para facilitar o contato com o povo. Indagamos do bispo Du Shi Hua, reitor do seminário nacional, se os seminaristas estudam algo de marxismo: "Nossa aproximação com os comunistas não é intelectual — disse ele — mas de fato, na vida cotidiana".

No seminário nacional há três horas de aulas pela manhã e duas de estudos à tarde. Os alunos levantam às cinco, fazem meditação, assistem à missa e praticam esportes após o desjejum. Às 10h00, no intervalo de aulas, fazem o Tai Chi Chuan. A noite é reservada a leituras espirituais. Cada semana um dos seminaristas prega aos fiéis e o período de férias é dedicado à pastoral. Na biblioteca, obras de Rahner, Congar, Kung e Schillebeeckx. Os recursos à manutenção vêm das famílias — mil yuans por ano, cerca de 280 dólares — ou dos aluguéis de imóveis da Igreja.

Na China vive, cresce, reza, celebra e dá testemunho da Palavra de Jesus uma Igreja que, como nenhuma outra neste século, foi severamente provada na fé. No entanto, resistiu, apesar das prisões, dos trabalhos forçados, da destruição dos templos, da desapropriação dos bens eclesiais. Hoje, aquela Igreja é chinesa, pobre, integrada por leigos atuantes que vivem uma espiritualidade centrada na vida litúrgica e sacramental, na Via Sacra e na devoção dos santos, no hábito do retiro espiritual. Igreja aberta ao socialismo, orgulhosa da independência de seu povo e da soberania de sua pátria. Ela deseja fazer o seu *aggiornamento*, assumir as decisões do Vaticano 2º, atualizar-se litúrgica e teologicamente e estreitar suas relações com a Igreja universal, a quem se sente espiritual e doutrinariamente vinculada na plena comunhão.

Frei Betto é irmão dominicano. Autor de, entre outros, *Batismo de sangue*, *Das catacumbas e Fidel e a religião*.

CLAI

UMA ASSEMBLÉIA CELEBRATIVA



Penna e Silva

A celebração da esperança solidária foi a tônica da 2ª Assembléia Geral do Conselho Latino-Americano de Igrejas. O compartilhar das experiências na prática da solidariedade, as liturgias e as reflexões bíblicas marcaram profundamente a reunião.



Penna e Silva

Flávio Irala e João Takao Shirahata

Cerca de seiscentas pessoas, entre delegados, assessores, colaboradores e jornalistas, participaram de 2ª Assembléia Geral do Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai), realizada em Itaiaci, município de Indaiatuba (SP), de 28 de outubro a 2 de novembro. Sob o tema *Igreja: a caminho de uma esperança solidária*, a assembléia foi um espaço onde os representantes de 105 igrejas (membros plenos) e sessenta organismos e entidades (membros associados ou fraternais), vindos de vinte países da América Latina e Caribe, celebraram a caminhada de fé e expressaram, através de inúmeros testemunhos, os sinais da solidariedade vivida em nosso continente.

Segundo Beatriz Ferrari, responsável pelo Secretariado para Mulheres e Crianças do Clai, o desenvolvimento do tema da assembléia partiu de um pressuposto metodológico participativo, onde o fundamental era "escutar o que as igrejas tinham a dizer sobre ele". Igrejas, grupos locais e indivíduos foram, então, desafiados a participarem no debate preparatório da assembléia. As respostas não tardaram

Muitos contaram suas histórias, outros compartilharam o que sentiam da reflexão teológica, sem grandes conferencistas

a chegar na forma de histórias, testemunhos, estudos, reflexões bíblicas e teológicas, o que permitiu que fosse traçada uma espécie de radiografia das igrejas evangélicas latino-americanas e caribenhas.

"Muitos amigos, de diferentes lugares, acharam que o que fazíamos era uma espécie de suicídio, pois, segundo eles, as respostas poderiam ser as mais espiritualizadas e descontextualizadas possíveis. Tínhamos, contudo, esperança de que as igrejas iam enriquecer o debate com suas experiências. E foi o que aconteceu: as contribuições foram muito ricas e aprendemos muito nesse processo", afirma Beatriz. Nessa assembléia, acrescenta ela, "não houve grandes conferencistas; muitos contaram suas histórias, outros compartilharam o que sentiam da reflexão teológica, mas não teve conferencistas. Esse foi um dos grandes valores da reunião, pois tornou-a mais celebrativa e pronta a ouvir o que as igrejas tinham a falar".

O bispo metodista argentino Federico Pagura, presidente reeleito do Clai, concorda que um dos elementos marcantes da assembléia foi o seu sentido de celebração. Para ele "em meio a tantas lutas e sofrimentos, as igrejas e organismos ecumênicos que integram o Clai expressaram a sua fé e esperança através de uma liturgia que ao mesmo tempo celebrou ao Deus criador e reafirmou o compromisso de serviço ao povo, pela causa da justiça, da liberdade e da paz".

A situação latino-americana

Na mensagem do culto de abertura, bispo Pagura lembrou que a assembléia acontecia diante de "um panorama desolador da América Latina e Caribe". Para ele, "os povos gemem sob o peso de uma dívida externa imoral e impagável" e de uma dívida interna "com as populações indígenas e os setores postergados de todos os nossos povos, que a cada dia assume um caráter mais patético e inocultável".

Citando Javier Gorostiaga, ele afirmou que após três décadas de um suposto "desenvolvimento", previsto para os países do Terceiro Mundo, que



João Takao Shirahata

acabaria com a fome, o analfabetismo, a mortalidade infantil, o que se encontra hoje é "mais fome, mais analfabetismo e mais mortalidade infantil que nos anos 60". A atual crise mundial revela uma crise de hegemonia dos Estados Unidos, diante da luta por independência e autodeterminação dos povos do Terceiro Mundo, vista pelo Império do Norte como parte do conflito Leste-Oeste. Nesse contexto surge um novo sujeito político: as grandes massas populares "que vão buscando e, em muitos casos, encontrando seu caminho para fazer-se ouvir e provocar as mudanças largamente esperadas numa realidade opressora e mortal". Como exemplo, ele cita os povos africanos, as Filipinas e a Nicarágua.

Ecumenismo

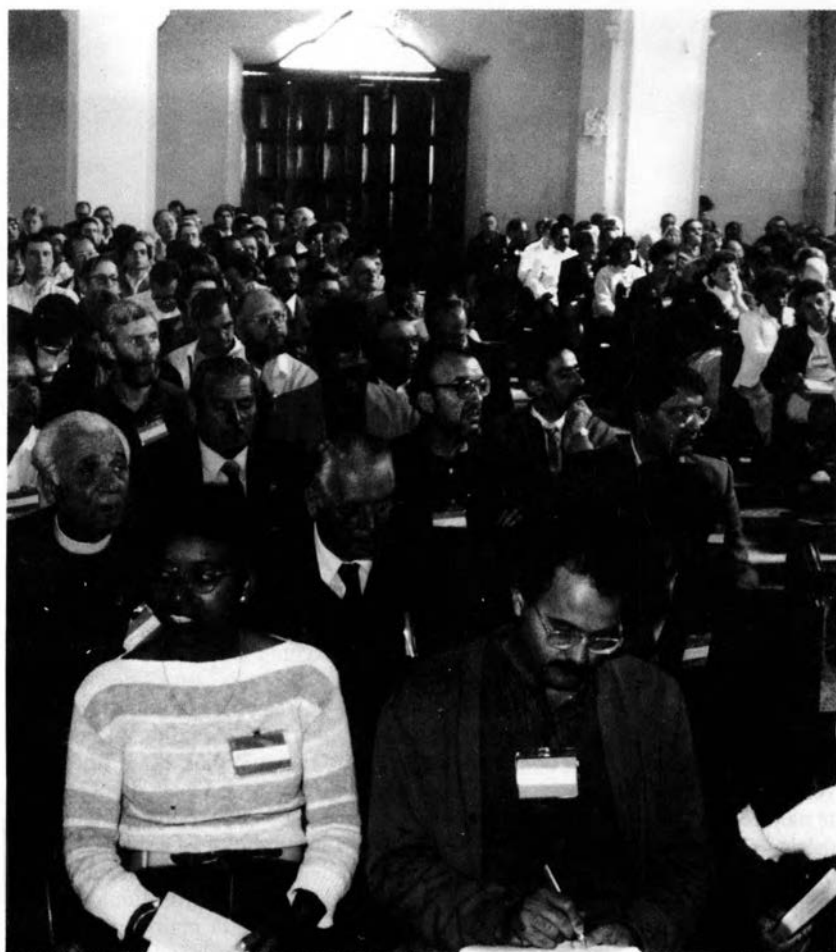
O documento final, síntese das preocupações e conclusões da assembléia, aponta, primeiramente as dificuldades do movimento ecumênico na América Latina. Reconhece que mesmo entre as igrejas e organismos que compõem o Clai, "faz ainda muita falta o estreitamento dos laços de fraternidade e cooperação". O próprio Clai, afirma o documento, é ainda desconhecido para muitas igrejas-membros. É expressa ainda a preocupação sobre a divisão no interior das igrejas: "Há graves rupturas na unidade do corpo de Cristo, quando, por exemplo, é negado às mu-



lheres, jovens, aborígenes e negros, o espaço de dignidade e atuação, ou quando os pobres são marginalizados das decisões das congregações".

O pastor-presidente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), Gottfried Brakemeier, disse que embora tenha havido recuos no movimento ecumênico ("algumas igrejas estão temendo o passo que deram e procuram recuar"), há sinais muito promissores de ecumenismo. Ele acha, contudo, que alguns desafios necessitam ser enfrentados. Um deles é o definir mais claramente o que se entende por ecumenismo. "Temos aqui um grande número de concepções de ecumenismo, algumas conflitantes", disse ele. "É necessário trabalhar esses conceitos para chegarmos a uma prática mais coerente", completou. Para o metodista Fernando Oshige, do Peru, o ecumenismo expresso no Clai é o que "tem um conteúdo de solidariedade com o povo latino-americano". Consciente de que os que entendem esse nível de compromisso fazem parte de uma minoria entre os evangélicos latino-americanos, Oshige sente que o Clai e outros organismos ecumênicos "têm uma grande responsabilidade de contribuir para o avanço de setores das igrejas, principalmente das conservadoras".

O documento final expressa sua indignação frente aos interesses que a prática antiecumênica de numerosas



igrejas do continente. Põe-se ver, em certos casos, massivas inversões financeiras de organismos eclesiais do Norte, principalmente dos Estados Unidos, "com a finalidade de sufocar toda solidariedade evangélica com os oprimidos". A chamada "Igreja Eletrônica" é considerada um dos meios pelo qual esses interesses econômicos e ideológicos se fazem presentes na América Latina. Para o pastor pentecostal Jorge Julio Vaccaro, da Argentina, "a Igreja Eletrônica causa muitos danos", principalmente para os pentecostais. "Ela tem uma mensagem parecida com a nossa, mas esconde por trás disso uma ideologia de dominação e opressão", explica Vaccaro. Ele reconhece que as igrejas pentecostais, além de terem uma teologia muito conservadora, ainda sofrem muita influência das igrejas missionárias norte-americanas. Em geral, são antiecumênicas. "Além disso, trazem um espiritualismo muito alienante", completa. Ele defende que "o Clai deve trabalhar para, de alguma maneira, penetrar nas igrejas pentecostais, pois elas têm uma imensa parcela do povo pobre e marginalizado".

Direitos humanos

Ao analisar a realidade do continente, o documento mostrou-se preocupado com a situação dos direitos humanos: "Se olharmos para nosso continente, vemos, de norte a sul, de leste a oeste, gente destruída e que tem sido envilecida, gente que não tem trabalho, e gente que, quando tem trabalho, não tem o suficiente para viver com dignidade. A fome, a falta de saúde, a precariedade da educação, a falta de acesso à terra e a um lugar, alcançam a maioria da população, a existência de tanta gente expulsa à força de seus lugares de origem, seja na qualidade de refugiada, exilada ou por outras razões, golpeia a sensibilidade cristã e deve mover-nos à compaixão". Há nisso tudo uma lógica de morte "disfarçada de progresso", pois significa progresso para alguns e empobrecimento para muitos.

"Os direitos humanos, os direitos dos pobres e dos povos são pisoteados a cada dia sem misericórdia, inúmeras vezes ao largo de nosso continente. Por trás de cada violação dos direitos humanos encontram-se rostos sofridos



Bispo Pagura: "os povos gemem sob o peso de uma dívida externa imoral e impagável"

de pessoas concretas que têm nome e sobrenome: são mães que perdem seus filhos; são filhos que perdem seus pais; são trabalhadores jogados na prisão; são camponeses assassinados; são povos dizimados...", acrescentou o documento. revelam também suas preocupações quanto à discriminação que sofrem os povos indígenas, os negros e as mulheres. E completam: "O quadro da opressão é, portanto, complexo e não pode ser reduzido a simples fórmulas. Ao contrário, é terrível verificar que a opressão é insaciável e tende a aumentar cada vez mais, para alcançar continuamente a mais pessoas".

Democracia e dívida externa

No aspecto político, o documento afirma que "a democracia continua débil na América Latina", embora o número de países sob regime militar seja menor hoje do que foi há alguns anos. Cita a difícil situação de vários países do continente e, entre outros, denuncia a intenção da administração norte-americana de desestabilizar militarmente a Revolução Sandinista. O pastor nicaraguense Roberto José Cordoba, presidente da Convenção Batista do seu país, diz-se esperançoso "de que algum dia terminará o calvário do povo da Nicarágua". Segundo ele, já não há mais o medo de uma invasão direta dos Estados Unidos. Embora a economia do país esteja destruída, com graves consequências para o povo nicaraguense, "está claro que, política e militarmente, o governo Reagan não triunfou", ressalta Cordoba.

As populações indígenas recuperam sua dignidade, revitalizam sua língua e cultura, e lutam por seus direitos

No plano econômico, o documento reforça as palavras do bispo Federico Pagura quanto à imoralidade e impagabilidade da dívida externa, "cujo crescimento obedeceu a fatores externos ao continente. A América Latina se transformou em continente exportador de capitais". A questão ecológica, que tem tido uma ênfase muito especial do movimento ecumênico nos últimos anos, é tratada com preocupação: "O ecossistema está profundamente ameaçado em nosso continente, principalmente na Amazônia. E a natureza, em geral, espaço de vida, passa a ser objeto e, ao mesmo tempo, instrumento de morte". Partindo da constatação de que a economia mundial passa por uma fase de expansão e de busca de um novo equilíbrio (unificação de Europa, distensão em Leste e Oeste), o documento pergunta-se sobre o papel destinado à América Latina nessa reacomodação de forças: "Até que ponto a América Latina está destinada, como um todo, a pauperizar-se e a funcionar como provedora barata de recursos naturais e manufaturados às economias desenvolvidas?"

Evangelização

A questão da evangelização foi vista também como uma das grandes dificuldades enfrentadas. Afirma o documento que "para vergonha das igrejas cristãs, a evangelização deste continente não foi, em geral, uma boa nova, senão legitimou e apoiou a conquista e a opressão". E continua: "Ainda hoje, a religião cristã é fundamentalmente utilizada, direta ou sutilmente, para perpetuar dominações estabelecidas". Por isso, são vistos com grande preocupação "as perspectivas e os planos de uma comemoração triunfalista dos 500 anos do assim chamado 'descobrimento' das Américas, por parte das igrejas e Estados".

Esperança solidária

Em meio a essas dificuldades, são vistos sinais de esperança solidária, tanto nas igrejas e no Clai, como na vida dos povos do continente. Para o documento, a própria assembléia é um



João Takao Shirahata

de sinal, pela forma participativa com que foi organizada e pelos momentos celebrativos e testemunhais vividos nos dias da reunião. Entre as igrejas, apesar da precariedade, percebe-se uma vivência de solidariedade, principalmente na tarefa de reconstrução da paz (América Central), na luta pela liberdade (Chile e Paraguai), no apoio aos meninos e meninas de rua (Brasil) e na defesa dos direitos humanos em muitos países.

O renascimento das populações indígenas ("que recuperam sua dignidade, revitalizam sua língua e cultura, lutam por seus direitos, por sua terra e pela vida"), a recuperação da identidade pelas populações negras ("se organizam para rechaçar o mito de que não há discriminação racial em nosso continente"), o avanço dos movimentos que buscam a efetiva igualdade e participação das mulheres e a abertura de novos espaços de participação para a juventude, são identificados como motivos de esperança entre os povos.

Em nível continental, são destacados ainda o avanço organizativo dos movimentos populares e o momento de transição política vivido por muitos países. Sobre os movimentos populares, o documento diz que a organização popular "permitiu uma crescente tomada de consciência da opressão e da busca contínua de caminhos de libertação". Quanto ao processo político e social, reconhece que "a maioria dos povos sul-americanos conquistou a transição de uma ditadura militar para um regime civil com liberdades democráticas, ainda que a participação dos pobres e oprimidos continue restringida".

Cita o recente plebiscito chileno, com a vitória do "não" no Chile e o reatamento de relações diplomáticas entre Cuba e vários países do continente.

Em nível mundial, diz o documento, "cresce a consciência da necessidade de uma maior solidariedade entre os povos oprimidos". Destaca-se a "necessidade de solidariedade com setores oprimidos do Primeiro Mundo", mas, acrescenta, "ainda mais urgente é desenvolver a solidariedade entre os povos do Terceiro Mundo". O apoio comprometido à luta contra o *apartheid* na África do Sul é visto como inadiável.

Eleição

A nova Junta Diretiva do Clai, eleita na assembléia, apresentou uma significativa renovação. Composta por dezessete pessoas, ela foi renovada com onze novos integrantes. Para presidir, foi reeleito o bispo Federico Pagura. Para o secretário geral do organismo, Felipe Adolf, a assembléia "votou com muita responsabilidade, pensando as melhores pessoas em função da tarefa que vão realizar e não de uma perspectiva egoísta de colocar um membro de sua igreja na junta diretiva". A assembléia, para ele, significou uma "consolidação do programa do Clai, da tarefa de aproximação às igrejas e do compromisso em favor da paz e da justiça".

Flávio Irala é editor de arte e secretário de redação de *Tempo e Presença*. João Takao Shirahata é secretário de redação do jornal anglicano *Estandarte Cristão*.

CARTA DE INDAITUBA

Da 2ª Assembléia do Conselho Latino-Americano
de Igrejas (Clai) às igrejas da América Latina

O Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai), é uma realidade na América Latina. Dez anos depois da Assembléia de Oaxtepec, no México, quando se decidiu iniciar a etapa de formação do Clai, e seis anos depois da Assembléia Constitutiva de Hampani, Peru, onde nasceu oficialmente, as igrejas, organismos associados e fraternais membros do Clai celebraram com alvoroço sua juvenil vitalidade ecumênica e eclesial, ao som do novo cântico latino-americano, com os ritmos vibrantes de nosso povo e com a nova linguagem do evangelho tornado carne em meio à vida.

O Clai tem já consistência, possui experiência e começa a crescer. Desde Huampani quinze novas igrejas e dois organismos associados se filiaram a ele, o que totaliza 103 membros, além de 33 membros fraternais. Cresceu também em seu diálogo com igrejas e organismos de fora e de dentro da América Latina, com grande expectativa e muita credibilidade. Mas onde mais experimentou seu desenvolvimento foi na tarefa de acompanhar as igrejas e organismos membros através de suas secretarias em cinco regiões da América Latina e de seus serviços de Evangelização, Ação Social e Desenvolvimento, Comunicações, Mulheres e Crianças, Pastoral Aborígene e Pastoral de Consolação e Solidariedade.

Se bem que tenham acompanhado — por meio da Unelam — a gestação do Clai, foi em Oaxtepec que os pentecostais latino-americanos se apresentaram maciçamente ao movimento ecumênico. Em todos estes anos temos compreendido de maneira particular a identidade pentecostal, temos participado juntos do diálogo fraternal e trabalhamos juntos em ações ecumênicas solidárias pela justiça e pela paz. Cremos que isto é um sinal de esperança e, também, dos tempos. Também o é a relação fraterna com amplos setores da Igreja Católica Romana. A presença de bispos católicos como visitantes nesta assembléia assim o confirma.

Esta 2ª Assembléia foi cuidadosamente preparada durante dois anos e meio, com a ampla participação de irmãos e irmãs das igrejas e organismos membros em torno do desafiante tema *Igreja: a caminho de uma esperança solidária*. Desde então, as igrejas e organismos foram compartilhando e intensificando suas experiências de esperança e solidariedade em meio aos desafios de nossos povos.

Os sofrimentos e as lutas dos povos da América Latina sempre estiveram presentes em nossa intercessão, em nosso canto, nessa nova liturgia vital e tornada carne nas devocionais matutinas, na contribuição testemunhal de cada país e de cada região, na reflexão bíblica diária, em nosso intercâmbio em pequenos grupos, miniplenários e plenários, e em nossas conversas nos corredores deste grande centro de retiros de Itaici, em meio à exuberante natureza brasileira. Enquanto estávamos reunidos, um bispo brasileiro teve de deixar a assembléia, porque um dos seus pastores, o rev. Jaider Batista da Silva, de Colatina (ES), fora detido por forças policiais devido a seu trabalho em defesa de gente sem-terra. Outro de nossos bispos, da América Central, recebeu a notícia telefônica de que um membro de sua Igreja, que leva alimentos aos refugiados, havia sido preso por forças de segurança que invadiram a sua Sé. Estes dois casos representam símbolos a mais do testemunho da Igreja, enviada como "ovelhas em meio de lobos..." (t 10,16). Também em todos estes anos o Clai vem respondendo às emergências de catástrofes naturais que assolaram a nossos países, às emergências provocadas

por estruturas injustas e regimes repressores, principalmente através da Pastoral de Consolação e Solidariedade, às gestões pela paz na América Central, para que com a paz seja possível o florescimento da vida, às denúncias de políticas intervencionistas, da violência irracional ou das violações dos direitos humanos, dos direitos à vida.

Mas a esperança também esteve presente: é precisamente em meio ao sofrimento e à morte, tão dramaticamente exemplificados nos momentos de testemunho a cada manhã, onde a esperança se manifesta com maior força e fecundidade. O canto da nova liturgia que aqui se viveu nasce da dor da luta, mas se nutre do poder do Ressuscitado e da vida no Espírito Santo. Se por alguma coisa esta assembléia haverá de ser recordada é precisamente pela riqueza e pela força da liturgia celebrativa, que recolhe o compromisso das igrejas e dos organismos membros.

Os relatórios recebidos da Junta Diretiva e do Secretariado nos mostram um Clai que foi encontrando o seu decidido caminho no cumprimento dos objetivos traçados em Huampani. Com modestíssimos recursos humanos e econômicos, mas com uma grande caudal de dedicação e de entrega, conseguiu-se um trabalho digno de apreciação. Os relatórios insistem em que o Clai não é uma agência auspiciadora ou canalizadora de projetos, que seu labor é o trabalho com as bases das igrejas e com os seus próprios recursos, até onde isso é possível. Nesta curta trajetória se vê que o Clai é um *espírito* (ecumênico, comprometido, latino-americano) e um *estilo* (participativo, comprometido, motivador) e que começou um processo de institucionalização modesto através de seu Secretariado e de sua sede, em Quito, mantendo um interrelação dinâmica entre o carisma e a institucionalização.

A assembléia deu o seu pleno respaldo a este espírito e a este estilo. Todos tivemos a oportunidade de receber abundante informação, de nos relacionar com o Secretariado, de fazer avaliações em diversos níveis e de dar nossa retroalimentação através de recomendações que servirão para o próximo período. Além disso, foram levantadas outras áreas, que desafiam o ministério do Clai às igrejas e organismos membros nos próximos anos.

Como sempre, o período de eleições exigiu trabalho, regulamentações, reuniões e consultas em nível regional e denominacional, mas culminou finalmente com a festiva aclamação da nova Junta Diretiva, com dezessete membros, presidida pelo bispo Federico Pagura — eleito em primeira votação — e com membros proporcionais às cinco regiões do Clai, às famílias denominacionais, aos organismos associados, ficando assegurada a participação de mulheres, negros, aborígenes e jovens. A nova Junta Diretiva é a mais inclusiva que já tivemos. E ainda que um terço de seus membros tenha estado na junta anterior, há uma grande proporção de irmãos e irmãs jovens, a nova geração ecumênica do Clai. Nossas igrejas estarão bem representadas nestes delegados, que tiveram o pleno apoio de suas regiões. Estas poderão fazer um acompanhamento eficaz das tarefas da próxima etapa.

Convidamos todas as igrejas e organismos a esta nova aventura de esperança e solidariedade, pois "que também Jesus, para santificar o povo, pelo seu próprio sangue, sofreu fora da porta. Saíamos, pois, a ele, fora do arraial, levando o seu vitupério. Na verdade, não temos aqui cidade permanente, mas buscamos a que há de vir" (Hb 13,12-14).

DO QUINTO EVANGELHO

PROCLAMAÇÃO DE JESUS AOS OPRIMIDOS



Leonardo Boff

Naqueles dias o Cristo do Corcovado estremeceu e se reanimou. O que era cimento e pedra se fez carne e sangue. Estendeu os braços, querendo abraçar o mundo, abriu a boca e disse:

“Sinto pena de vós, milhões e milhões de irmãos meus mais pequeninos, expulsos das terras, solitários embrenhados nas selvas, amontoados nas periferias, caídos em tantos caminhos sem nenhum samaritano para vos socorrer. Bem-aventurados sois todos vós, pobres, famintos, doentes e desesperados não porque sois virtuosos mas porque sois oprimidos, vítimas de relações humanas iníquas. O Pai que é vivo e é doador de vida vos tem em seu coração e vai inaugurar seu Reino de vida, de justiça e de liberdade começando por vós. Vossas blasfêmias não são para mim blasfêmias, mas súplicas lancinantes, vosso individualismo não é para mim egoísmo, mas vontade ferrenha de sobreviver. Vossa paixão dolorosa perpetua minha Paixão pelos séculos afora.

Ai de vós, donos do poder, que há quinhentos anos sugais o sangue dos trabalhadores. Vós os reduzistes a com-

bustível barato para vossas máquinas de fabricar riqueza injusta. Até meu santo nome vós usastes para legitimar esta vossa ordem que não traz progresso para o povo. Geração perversa, até quando provocais a paciência destes meus servos sofredores? O juízo exterminador de Deus, que se realiza ainda dentro da história, pesa sobre vossas empresas. Não será Deus quem vos julgará, mas as vítimas que fizestes. Olhai seus rostos! Guardai-lhes os traços! Eles serão vossos juízes. Só haverá para vós um caminho de salvação: solidarizar-vos com as lutas dos oprimidos que visam pão e liberdade não só para si, mas também para vós e para todos!

Bendita pátria-grande latino-americana! Como quero que sejas no meio de todos os povos, que são igualmente povos de Deus, a expressão de minha hospitalidade, da minha jovialidade, da minha alegria de ser, da minha

abertura sem cálculo e da graça humanitária de meu e vosso Pai.

Olhai as matas e os cerrados, a gigantesca Cordilheira e os rios caudalosos, os altiplanos e os vales profundos, os animais selvagens e os pássaros sem conta. Eles são todos vossos irmãos e irmãs. Domesticai vossa ganância. Como meu pai os cuida, cuidai-os também vós porque todos eles serão transfigurados e existirão para sempre junto convosco no meu Reino eterno.

Bem-aventurados sois vós, indígenas ameríndios, meus primeiros testemunhos nestas terras ridentes. Vossas cidades, vossas pirâmides, vossos longos caminhos, vossos rituais, o sol e a lua que venerastes, são sinais do Deus verdadeiro, do Deus do longe e do perto, do Deus por quem se vive. Não faltará misericórdia pelos sacrifícios humanos que oferecestes. Ai dos que vos subjugaram, dos que destruíram vossa cultura, derrubaram vossos

altares, confundiram vossos sábios e impuseram suas doutrinas com a violência da cruz e da espada. Felizes aqueles dentre vós que acreditam na força da semente. Ressuscitarão o povo e reanimarão as culturas para o louvor do Nome santo de Deus.

Bem-aventurados e mais uma vez bem-aventurados meus irmãos negros, injustamente escravizados. A humilhação histórica que sofrestes vos colocou no coração do Pai celeste. Vós sois o Servo sofredor sempre presente na história, libertando pelo sofrimento, redimindo pelo sangue e salvando pela cruz. Vós mesmos não sabeis o bem imenso que trazeis a todos pela iniquidade que suportastes, resistindo, sem perder a fé, cantando, dançando e sonhando com a Terra da Promissão. Até o último dia se ouvirá o vosso grito reclamando o vosso justo direito de reconhecimento, de liberdade e de vida plena. Maldita a senzala, maldito o pelourinho, maldita a chibata e maldito o grilhão. Bendito o quilombo, advento de um mundo de fraternidade, sinal do Reino celestial.

rados os que lutam pela terra no campo para nela trabalhar e para fazer do chão a mesa posta para as fomes do mundo inteiro. Felizes os que lutam pela terra na cidade para poderem morar com a dignidade de filhos e filhas de Deus. Maldito o latifúndio que rouba a terra que o Pai destinou para todos e que assassina a meus irmãos posseiros. Em verdade vos digo: (...) se-reis espoliados. A pouca terra que vos restará é a campa que será pesada para o vosso cadáver.

Bem-aventurados sois vós, mulheres do povo que resistis contra toda subjugação e que lutais por uma sociedade nova na qual homens e mulheres, juntos, diferentes e iguais inauguram uma fraterna aliança.

Benditos sois vós, milhões de menores carentes e abandonados, vítimas de uma sociedade de exclusão que o Pai abomina. Ele vos enxugará as lágrimas e vos apertará contra o seu seio porque vos ama com infinito carinho.

Felizes os pastores que servem, humildemente, o povo, no meio do povo e com o povo. Ai daqueles que es-

tão de costas ao povo e pretendem falar em meu nome, mas usam o cajado contra as ovelhas e não contra os lobos vorazes. Não os conheço e não testemunharei por eles diante do meu Pai!

Bem-aventuradas as comunidades de base, onde os pobres unem fé e vida e onde meu nome é celebrado. Felizes os movimentos de libertação que sem falar de mim, assumem a mesma causa pela qual vivi, fui crucificado e ressuscitei: gerar um mundo novo no qual a luz tem mais direito que as trevas e a vida vale mais que os bens materiais.

Bem-aventurados os que buscam novos caminhos para a sobrevivência; eu vos asseguro que estarei convosco e achareis. Bem-aventurados os que esperam entre lágrimas porque seus olhos verão o sol da justiça raiar. Bem-aventurados os que guardam a boa-vontade, alimentam o fogo interior e sabem acreditar no sonho de um mundo novo. Felizes os que fizeram todo o possível e ensaiaram antecipar um pouco do impossível.

Em verdade, em verdade vos digo: sois verdadeiramente felizes porque sois todos filhos e filhas da alegria e já estais no caminho do Reino de Deus que ajudais a construir.

Leonardo Boff é um dos principais teólogos latino-americanos. Autor, entre outros, de *A Trindade, a sociedade e a libertação*, *E a Igreja se fez povo e Igreja, carisma e poder*.



Todo poder

Rubem Alves

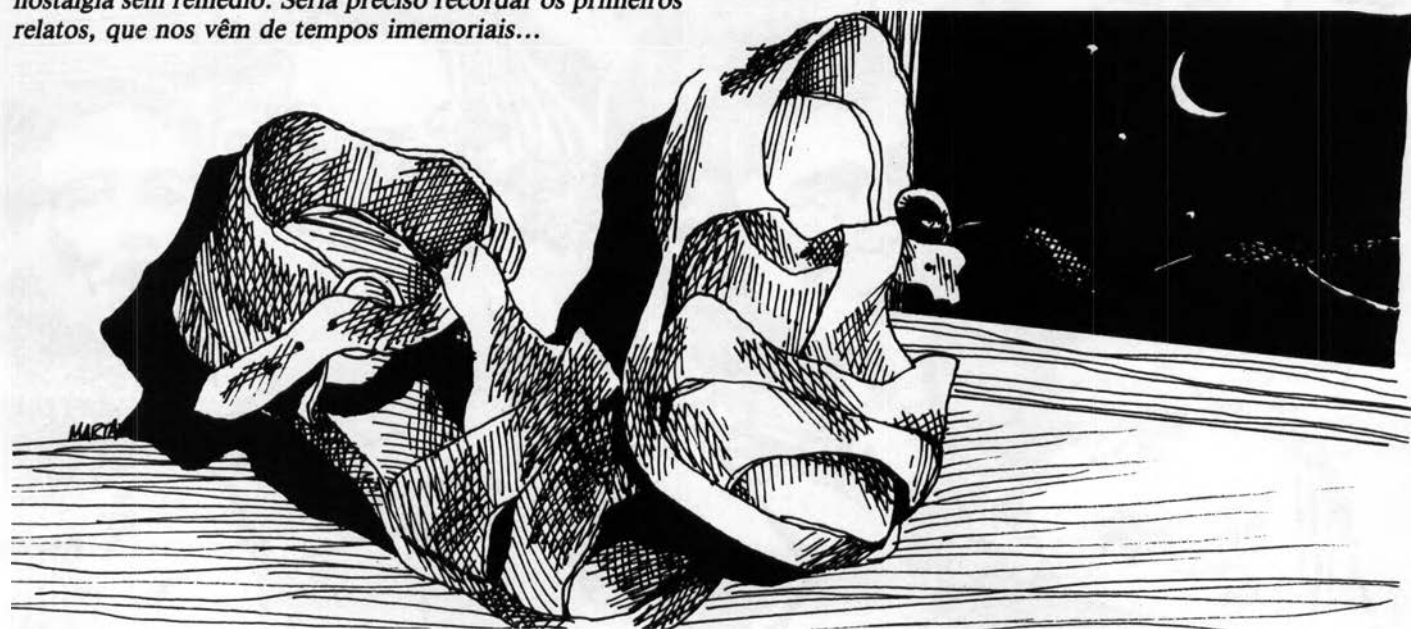
Quando eu era menino, lá no interior de Minas, véspera de Natal era quando a criançada ia mais cedo para cama: para apressar o milagre. Pois se sabia que Papai Noel só chega durante o sono. Natal era isso: evento do país dos sonhos, aparição noturna e onírica: só acontece no meio escuro da noite, quando o coração deseja muito. E a gente punha os sapatos vazios ao lado da cama. Pois não é precisamente isto que é o desejo? Um vazio, durante o sono, que se oferece como um pedido e esperança?

Os natais de hoje ficaram diferentes. Há um ar triste de nostalgia, saudade indefinida, não se sabe de que. E se o Riobaldo está certo, é que ficamos velhos, porque toda saudade é uma espécie de velhice. Natal é triste porque se tenta pegar uma coisa que não volta mais. É (quase) luto, procura do que se perdeu... Tanto é assim que nele não se admitem coisas novas. As canções têm que ser as mesmas, pois é nelas que moram as memórias. E também os bolos e as frutas, nossas amigas de infância: sacramentos de uma meninice que se foi. E se fazemos tanta festa, não é porque estejamos alegres. É para espantar a tristeza...

É. Naqueles tempos de infância a gente sonhava. Os sonhos eram pequenos e cabiam num sapato. Hoje os sapatos são muito maiores. Só que não nos esquecemos dos sonhos. De modo que não há presente que nos faça sorrir... Já não sabemos o nome da nossa verdade. Daí a nostalgia sem remédio. Seria preciso recordar os primeiros relatos, que nos vêm de tempos imemoriais...

O sonho começa com a imagem espantosa de uma virgem grávida, dando à luz uma criancinha. Pena que os intérpretes de sonhos tenham sido substituídos por repórteres de fatos, e aquilo que era um poema onírico a ser decifrado — nascimento virginal — passou a ser noticiado como impossibilidade ginecológica a ser acreditada, sob pena de inquisições. E assim quebraram o encanto: tiraram o Natal do mundo dos sonhos (que é onde moram os desejos) e o puseram no meio dos fatos acontecidos. A diferença? Um desejo esperado pode ser sonhado pela humanidade inteira, não conhece nem tempo e nem espaço. Mas um fato está condenado a se perder na distância e no tempo. Claro que é impossível que uma virgem fique grávida. Isto é sonho, que anuncia que é preciso esperar mesmo quando não há esperança. Ou talvez, um pouco mais: que é preciso viver como se os sonhos impossíveis fossem acontecer...

Aí a cena se altera bruscamente, e aparecem homens estranhos vindos do Oriente. Um boato persistente diz que eram reis. Mas o relato original do sonho diz apenas que eram astrólogos. Olhavam para as estrelas, não para saber os caminhos dos céus. Se assim fosse, seriam astrônomos. Olhavam os astros para encontrar neles o caminho dos desejos dos homens. Parece que desde tempos imemoriais tem sido forte a suspeita de que o nosso destino se liga aos mistérios dos astros. Eu mesmo, sempre que



à criança

um meteoro ilumina os céus (coisa efêmera...) não posso evitar o aparecimento de meu desejo mais profundo. Penso que este, talvez, poderia ser parte do segredo do sonho: que nesta nostalgia imensa que não nos abandona moram os nossos desejos mais antigos, esquecidos. Daí a dor da saudade: desejar, sem se saber o que se deseja, um sapato vazio, sem nenhum pedido, Papai Noel que não vem...

Mas, como em todo sonho, a cena se altera de novo. As imagens astrais dão lugar a um rei enlouquecido, Herodes ordenando a matança das criancinhas. É que ele percebeu (e com razão) que aquele era um sonho subversivo que não podia ser sonhado, pois se viesse a ser realizado seria o fim de todos os reis. O sonho messiânico: o poder arrancado da mão dos políticos e colocado na mão de um menino recém-nascido. É que as criancinhas ainda não experimentaram o fascínio diabólico do poder pelo poder, e participam ainda da bem-aventurança paradisíaca em que o poder só tem sentido se produzir objetos de prazer. Criança é isto: desejo de prazer, corpo entregue ao brinquedo, atividade que é um fim em si mesmo, pela pura alegria que produz. Na linguagem dos sonhos: é preciso que os adultos se transformem em crianças. Na linguagem psicanalítica: o princípio da realidade tem de se subordinar ao princípio do prazer. Ou na linguagem da política: o fim do poder é o prazer.

Sonho messiânico: a volta ao paraíso, a política chegando ao seu fim. Pois não será esta a única finalidade da política: produzir os objetos de prazer? Não será por isto que se

fazem todas as revoluções? Que haja rios de águas limpas onde se possa pescar, e praias não poluídas onde seja bom nadar. Que os bosques sejam preservados, e haja pássaros e bichos, porque sem eles o mundo seria muito triste. E nas cidades haja praças onde os velhos, os adultos e as crianças venham passear. E as panelas estejam cheias de comida, e haja casas onde morar, terra para se cultivar, lugares bons onde trabalhar... Claro que muitas coisas teriam de ser transformadas. As espadas virariam arados, as fábricas de armas, não importa se para uso doméstico ou internacional, se metamorfoseariam em fábricas de tratores. Se não queremos a violência, como conviver com a hipocrisia de gerar riqueza com instrumentos de morte? As botas e as fardas, tão bonitas, seriam incendiadas, como fogueiras. E os adultos sérios deixariam aparecer as crianças que moram neles (reprimidas), enquanto os políticos, sem gravata, sem o dedo em riste e a cara indignada que é típica dos seus discursos, se dedicariam ao que realmente importa: a administração do jardim, espaço aberto para o prazer.

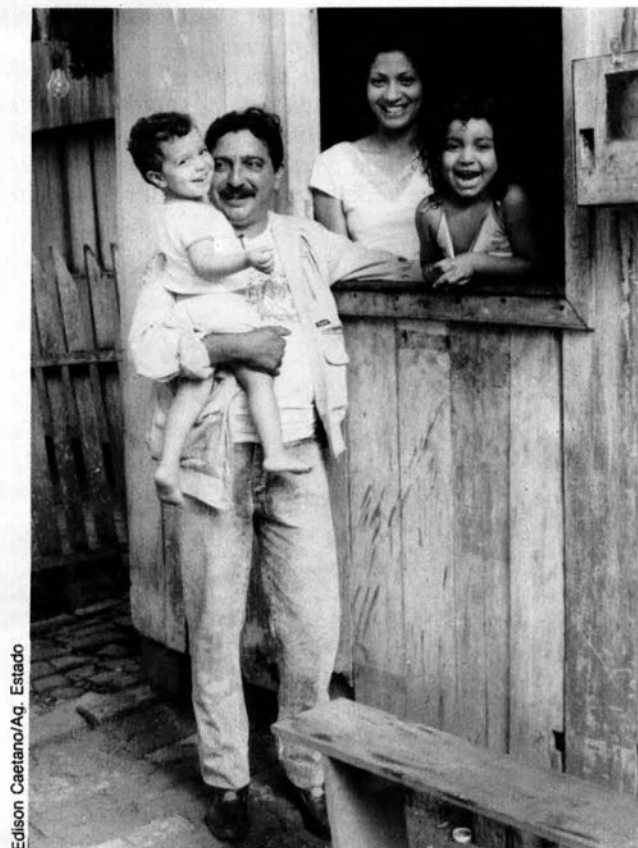
Pois não é isso que desejamos?

E a gente, embalada pela possibilidade do impossível — uma virgem dá à luz — se entrega aos devaneios que os astros sugerem e trata de por um fim à loucura dos Herodes que andam por aí, para que a criancinha possa viver...



A HERANÇA DE CHICO MENDES

Chico Mendes, líder sindical em Xapuri, Estado do Acre, membro do Conselho Nacional dos Seringueiros e da direção nacional da CUT, personalidade internacionalmente reconhecida nos meios ambientalistas, foi assassinado por pistoleiros, no quintal de sua casa, no dia 22 de dezembro de 1988. Morte anunciada, segundo denunciara o próprio Chico às autoridades federais, a mando de um complô de fazendeiros ligados à União Democrática Ruralista, UDR, animado pela impunidade que reina no país: somente no ano de 1988, 93 pessoas, ligadas a conflitos agrários, foram assassinadas, segundo a CPT. De acordo com um relatório da Anistia Internacional, entre 1985 e 1988, quase mil pessoas foram assassinadas na Amazônia Legal em conflitos de terra. A maior parte dos crimes não teve qualquer acompanhamento da justiça, raramente os pistoleiros foram julgados e, em nenhum dos casos, os mandantes dos crimes foram parar na cadeia



Edison Caetano/Aq. Estado

Chico Mendes, com mulher e filhos, ao lado de sua casa

Ricardo Arnt

Morreu o homem, não a idéia. Desde a fundação do Conselho Nacional de Seringueiros, em outubro de 1985, os trabalhadores que vivem da extração dos produtos nativos da floresta lutam para a criação de áreas reservadas para a sua atividade — as reservas extrativistas. Em julho de 1987, depois de dois anos de mobilização nacional e internacional, o extinto Incra criou o Projeto de Assentamento Extrativista (Portaria nº 627), no Plano Nacional de Reforma Agrária. Em fevereiro de 1988, o governo do Acre criou a primeira reserva extrativista do Brasil, em São Luís do Remanso, a 80 km de Rio Branco. Hoje há quatro reservas no Acre, uma em Rondônia e outras sendo criadas no Amazonas e no Amapá.

É uma idéia simples. Regularizam-se áreas de exploração coletiva e introduzem-se técnicas essenciais para a melhoria da qualidade dos 23 produtos extraídos da floresta (há mais de cem, estimam os especialistas), barateando a produção e a comercialização e iniciando o processamento industrial. A base de tudo é a preservação da floresta. Os seringueiros lutam contra o tempo. Querem evitar que se repita no Acre, com o asfaltamento da estrada Porto Velho-Rio Branco, o que aconteceu em Rondônia, com o asfaltamento da Cuiabá-Porto Velho: migração descontrolada (500 mil pessoas em cinco anos) e destruição de 20% das florestas do estado por projetos agropecuários.

Chico Mendes tornou-se famoso porque ajudou a criar um conceito de desenvolvimento auto-sustentado para a floresta amazônica, colocando a defesa ambiental diretamente sobre o exercício das populações nativas interessadas na preservação do seu modo de vida. Os seringueiros foram os primeiros trabalhadores a articularem, no Brasil, o sindicalismo rural com o ecologismo. O movimento pela criação das reservas extrativistas aprofundou a crítica aos programas de colonização na Amazônia, colocando o desenvolvimento, pela primeira vez, sob a perspectiva do desenvolvimento da floresta.

Dessa discussão, o Brasil não pode fugir sempre, uma vez que detém 30% das florestas tropicais do mundo. Segundo dados do Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea), 96% do orçamento do estado do Acre provém de verbas federais. O Acre gera 4% de seu orçamento estadual. Desses 4%, 30% vêm da borracha. Diante desse quadro, muitos têm dúvidas se o extrativismo poderá competir numa economia de escala, colocando-se como alternativa à expansão selvagem do capitalismo na Amazônia.

Chico Mendes era um daqueles que acreditavam que a floresta tem um destino mais inteligente do que virar pasto. A floresta, para ele, não era matéria simbólica, mas sobrevivência. Por contrapor-se à sua derrubada, batendo-se de frente com os interesses predatórios num canto remoto do Brasil, foi derrubado por um assassino a soldo do atraso e do latifúndio

Ricardo Arnt é jornalista. Trabalha no *Jornal do Brasil*.

EL SALVADOR

A NOVA ETAPA DA GUERRA

A desmoralização do governo democrata-cristão, o grave estado de saúde do presidente José Napoleón Duarte e o avanço da extrema-direita nas últimas eleições preocupam os estrategistas do Pentágono. Por sua vez, as forças revolucionárias, apoiadas no ascenso do movimento de massas, combinam a disputa política no campo legal com a preparação de uma contra-ofensiva para alcançar o poder

Aton Fon Filho

Envolta em uma rigorosa cortina de silêncio, uma das mais cruentas guerras da atualidade parece estar chegando a momentos críticos. Uma complexa combinação de fatores políticos, econômicos e militares, onde não esteve ausente nem a manifestação mais explícita do acaso, leva a roda da história em El Salvador a um quadro ampliado do que foi a crise vivida no início dos anos 80.

Após quase uma década de esforço norte-americano para construir estruturas políticas e militares capazes de enfrentar o mais forte movimento insurgente da América Latina, não se pode negar a ocorrência de mudanças em El Salvador. Parece irônico, porém, para os estrategistas do Pentágono, que após quase uma década de esforço despendido a soma das mudanças reproduza o quadro anterior.

Sob a orientação dos assessores militares dos Estados Unidos, e com uma ajuda militar que beira os 2 milhões de dólares diários, foi possível promover uma modernização das Forças Armadas de El Salvador e uma ampliação que fez saltar o número de seus efetivos de 11 para 60 mil homens, e o de seus aparelhos aéreos de vinte para 135.

Reforma de fachada

Por outro lado, aplicando a experiência obtida — entre outras, na guerra do Vietnã — os estrategistas do Pentágono buscaram promover uma reforma da estrutura política que pudesse afastar do primeiro plano os setores mais retrógrados da classe dominante salvadorenha, a oligarquia, impulsionando o estabelecimento de um governo que pudesse restaurar a fachada doméstica das instituições salvadorenhas.

O governo de José Napoleón Duarte e do Partido Democrata Cristão, bem como os planos da administração Reagan, esbarraram, porém, num obstáculo intransponível: sua incapacidade de promover as profundas reformas sócio-econômicas que o país exige, particularmente a de dar solução ao problema agrário.

Em que pese, assim, todo o esforço realizado no sentido de obter apoio de massas, através de operações “psicológicas”, onde se combinava a mais extremada repressão contra a população e a prática de terríveis massacres, com a execução de operações assistencialistas no molde das conhecidas Ações Cívico-Sociais, permaneceram vigentes para o povo salvadorenho as propos-

tas da aliança revolucionária da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) com a Frente Democrática Revolucionária (FDR).

A vigência de tais propostas, na verdade, aprofundou-se e ganhou amplitude com a disposição permanente demonstrada pelas forças insurgentes de alcançar uma solução negociada para o conflito salvadorenho. Essa disposição, vista muitas vezes, equivocadamente, como manifestação de debilidade da FMLN-FDR, constituiu um dos principais elementos que lhe garantiram não apenas o reconhecimento como alternativa viável, como, inclusive, poder real que disputa com aquele apoiado pela administração Reagan.

Iniciativa popular

Assim foi que o movimento de massas foi pouco a pouco retomando a confiança em sua própria força, bem como na força militar da FMLN e ganhando novamente as ruas de San Salvador. Incapaz de dar respostas concretas às demandas populares, o governo democrata-cristão viu-se paulatinamente desmoralizado, e ante a necessidade de novamente recorrer ao incremento da repressão e dos massacres



Aton Fon Filho

San Salvador: o movimento de massas ganha novamente as ruas

realizados pelo Exército sob o manto dos "esquadrões da morte", num esforço para conter o movimento popular.

A dubiedade do governo democrata-cristão, que necessita acenar com a possibilidade de reformas estruturais, mas se vê impossibilitado de realizá-las, resulta em uma situação em que o próprio governo é o maior propagandista das propostas do movimento revolucionário. Ante tal contradição, nada estranha que o Partido Democrata Cristão viesse em franco processo de decomposição, fruto do isolamento que vinha sofrendo por parte das massas. Tal isolamento teve sua máxima expressão quando, nas últimas eleições, em que pese a ajuda norte-americana, o PDC saiu amplamente derrotado no pleito, perdendo a maioria legislati-

va e praticamente todas as possibilidades de fazer o novo presidente a ser eleito em março de 1989.

O momento eleitoral, se necessário para conferir a aparência de legitimidade do governante, constitui-se em momento em que vêm à tona as divergências no seio do bloco dominante que busca recompor internamente sua hegemonia. Por outro lado, às forças revolucionárias gera-se a inquietante situação de, participando, legitimar um instrumento que para o povo salvadoreño não pode mais representar uma solução e, boicotando, abdicar de um espaço para apresentar suas propostas.

Posições diferentes foram assumidas face a essa última questão pela FDR e pela FMLN, aquela participando do processo eleitoral após estabelecer uma série de exigências, esta man-

tendo sua anterior posição de boicote. Apesar da diversidade das posições assumidas, porém, não há dúvida de que a aliança FDR-FMLN se mantém inabalada, o que pode levar à conclusão de que os revolucionários salvadoreños podem estar enfrentando de maneira *sui-generis* o dilema eleitoral.

Contra-ofensiva

Por outro lado, no terreno militar o aprofundamento e ampliação da guerra em todo o país levou as forças da FMLN a operarem na própria periferia de San Salvador, ferindo profundamente a retaguarda do inimigo. Evidentemente, no processo de organização e deflagração da contra-ofensiva, o elemento mais dinâmico tende a ser o próprio movimento de massas. Mas esse movimento popular, para desferir de vez um golpe mortal no inimigo, certamente deverá assumir também expressão militar. Por esse motivo, a atuação cada vez mais decidida e permanente das unidades da FMLN parecem casar-se cada vez mais com as atividades do movimento de massas que vem em processo de absoluta radicalização.

A preparação da contra-ofensiva, em todas as suas facetas — luta de massas, militar, diplomática, econômica — é a tarefa atual da vanguarda salvadoreña. No terreno das condições subjetivas, preocupa-se com a tarefa do agente da revolução — o que ele deve fazer? — para acelerar o processo de amadurecimento da situação revolucionária. Isto para que a revolução não seja uma explosão sem controle, mas dirigida de tal modo que possa triunfar e manter o poder.

Aton Fon Filho é advogado e membro do Centro de Informações de El Salvador (Cies).

GEOGRAFIA & LUTAS SOCIAIS



TERRA LIVRE

Para Professores, Estudantes e Pesquisadores

Revista da Associação dos Geógrafos Brasileiros, *Terra Livre* é uma publicação semestral abordando os mais diversos temas das ciências sociais. Assine a revista *Terra Livre*. Envie cheque nominal para AGB-Nacional — A/C Coordenador de Publicações, caixa postal 64525 — CEP 05497 — São Paulo — SP. Assinatura por 4 números sucessivos: 2 OTNs. Exterior: 20 dólares.

FICHA DE ASSINATURA

Nome:

.....

Endereço:

.....

Cidade:

Estado: CEP:

A BÍBLIA E OS DIREITOS HUMANOS

Genilma Boehler

É indiscutível a presença de homens e mulheres cristãos nas lutas por libertação na América Latina. A dimensão de fé, de luta se dá na redescoberta da Bíblia pelos pobres. Isso porque agora os pobres se descobrem na Bíblia a partir da visão histórica dos conflitos sócio-políticos da caminhada do povo de Deus.

O enfoque que pretendemos dar aos direitos humanos na Bíblia parte da percepção do Deus histórico. Mesmo porque durante muito tempo usou-se a Bíblia, recolhendo dela versículos isolados para legitimar a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Os textos bíblicos eram complacentes com a carta das Nações Unidas.

Hoje a história dos oprimidos de toda a América Latina obriga-nos a ir mais além. Não existe na Bíblia listas que defendem direitos humanos. Nela existe a defesa explícita do direito do oprimido no desenrolar da história. O direito consiste em fazer vigorar a justiça aos pobres.

Direitos humanos

Qual a importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos na realidade latino-americana?

Primeiramente vale lembrar que a declaração enfoca os direitos do homem de modo geral. O oprimido na sua humanidade de carne e osso, com lágrimas, dor, sofrimento, discriminado e humilhado nem sempre é tão considerado. A mulher, vez ou outra, aparece na abstração do ser "alguém".

O atropelo dos direitos das maiores empobrecidas evidencia-se na problemática concreta, sócio-econômica: 1) das diferenças entre classes sociais; 2) da violência física para realizar os desejos do capital, para deter o avanço dos movimentos populares e revolucionários; 3) do detrimento do capital nas mãos de uma minoria; 4) do poder nas mãos da burguesia na função



de defender somente seus interesses a qualquer custo.

Franz Hinkelammert afirma que "toda democracia atual parte da afirmação dos direitos humanos" ("Democracia, estrutura econômico-social y formación del mundo mítico religioso" in *Cristianismo y Sociedad*, 1986, p. 37). A interpretação que se dá a eles passa pelos interesses do sistema vigente.

Há nos países capitalistas a tendência de valorizar o direito individual: a inviolabilidade do indivíduo e sua privacidade, a propriedade e as leis judiciais que beneficiam o indivíduo.

Nas sociedades socialistas destacam-se as possibilidades igualitárias de acesso à educação, trabalho, assistência médica, garantia das necessidades básicas para a sobrevivência.

A grande dificuldade passa pela conflitividade dos direitos humanos na própria declaração das Nações Unidas: "O direito ao trabalho, por exemplo,

se encontra em conflito com a vigência irrestrita do direito à propriedade privada. Algo parecido vale para o direito a um salário mínimo digno e, em geral, para todos os direitos humanos chamados sociais. Mas também outros direitos estão em conflito, como o caso da liberdade de expressão e de monopolização, em termos de propriedade privada ou estatal, dos meios de comunicação, ou no caso da garantia da esfera privada e a segurança da vida de outros".

No contexto latino-americano, nossa preocupação prioritária passa pela superação de um sistema que mata e explora. Não dá para manter a imparcialidade frente à alta mortalidade infantil, à fome, à desumanização, à discriminação da mulher, do negro e do índio, ao desespero resultante do desemprego. Frente a todas essas necessidades coletivas diluem-se os direitos individuais. A luta pela defesa dos direitos

humanos concretiza-se na história da libertação dos oprimidos. Nela não há lugar para a manobra ideológica da burguesia. Antes ocorre a apropriação dos direitos humanos pelos pobres que deles tomam consciência.

História do povo de Deus e defesa do direito do oprimido

A Bíblia recolhe a memória do povo de Israel. Narra a origem desse povo. Ele articula sua fé a partir de um acontecimento histórico: da escravidão do Egito à libertação; do caminhar para a terra prometida.

Javé é o Deus dos oprimidos, presente na concreticidade de um conflito sócio-político. Javé é Deus que ouve o grito do pobre. Vê e conhece a situação do oprimido. Desce para o meio do povo e propõe uma ação libertadora (Ex 3,7-8).

É curioso que na Bíblia a memória é ponto facultativo para o despertar da consciência do povo (Ex 2,23-24). A consciência emerge do grito na dor. O grito e a memória, os dois juntos provocam a resistência, a recuperação da identidade como povo, a humanização.

No deserto se dá a estruturação das leis mediatizadas pela Aliança com Deus (Ex 19,1-8; 20,1-17). Na lei vigora a possibilidade de um novo modelo de sociedade baseado no direito e na justiça.

Na origem da organização do povo, estava a primeira tentativa de uma sociedade igualitária: as tribos de Israel. A terra não era de um só. Era da coletividade (Js 13-21,45). A economia baseava-se na produtividade da terra e na troca dos bens de consumo entre os grupos. Não havia exército organizado, a não ser o exército popular para

defender o bem comum (Jz 4,6-10; 6,33-35); o poder estava descentralizado (Ex 18,27). A sociedade era essencialmente agrícola. A vida garantida sem pobres e explorados era direito de todos(as).

As coisas mudam quando Israel opta pela monarquia. Esta trouxe consigo as transformações no modo de produção e na organização social. Surgem a conquista de cidades (2Sm 5,6-12), a construção de palácios e do templo (1Rs 6,1-10; 7,1-13), a formação de um exército oficial para defender os interesses do Estado, a centralização do poder. As cidades eram muradas e bem defendidas. Os agricultores moravam nas vilas pouco protegidas e estavam obrigados a pagar tributo ao rei. Inicia-se a quebra da igualdade das relações sociais: a opulência das cidades que abrigavam a burguesia em contradição com o empobrecimento do campo. A monarquia torna-se incompatível com o projeto de libertação de Javé. Gradativamente cresce o processo de empobrecimento da maioria do povo que vivia no campo. Nega-se o direito do pobre.

Os profetas surgem neste contexto, como voz de Deus e voz de homens e mulheres, viúvas e órfãos, marginalizados, empobrecidos, sem vez e sem voz. Anunciavam a destruição que viria sobre todo o povo como consequência da riqueza e da dominação. Convidavam todos à conversão para recomendar o projeto de Deus de liberdade na terra, dos direitos dos mais fracos.

Isaías atuou no século 8º a.C. no Reino de Judá. Era o homem de Jerusalém, centro do poder do Estado. Seus olhos estavam atentos para as coisas que aconteciam no seu país no âmbito interno e externo. Suas pala-

vas proféticas estavam marcadas por circunstâncias políticas, sociais e religiosas bem concretas. Seu discurso girou em torno do direito e da justiça.

Frente à acumulação da riqueza nas mãos de poucos, à exploração, ao empobrecimento do povo, detectou a violação da Aliança, o rejeitar da lei de Javé (Is 5,24). Por isso proferiu palavras de maldição contra os que ajuntavam casa-a-casa e campo-a-campo e ficavam como únicos moradores da terra (Is 5,8); os que promoviam festas e bebedices às custas dos pobres (Is 5,11-17); os que se apegavam à iniquidade e à mentira (Is 5,18-19); os que ao mal chamavam bem e ao bem, mal (Is 5,21); os que eram sábios aos seus próprios olhos (Is 5,22); os que absolviam o ímpio mediante suborno e negavam ao justo a sua justiça (Is 5,23). Deus revela sua santidade através da justiça (Is 5,16), por isso destruirá a riqueza dos ricos, restituindo o direito dos pobres.

Isaías é o exemplo do discurso profético no Antigo Testamento. Outros profetas denunciaram a violência como fruto da ascensão de uns poucos ricos. A quebra da igualdade é contrária ao projeto de Deus. Essa mensagem desemboca no Novo Testamento na proposta de Jesus. Jesus insiste na inauguração do Reino. O Reino será dos pobres (Lc 6,20). O Reino não será simplesmente uma inversão de valores onde os pobres serão ricos e os ricos serão pobres. Sua proposta é de reformulação de valores humanos, de dignidade recuperada, de princípios de justiça, de novo modelo de sociedade (igualitária). A vida deverá prevalecer. Por isso o Reino não coube (e ainda não cabe) nas medidas de velhas estruturas — políticas, sociais e eclesiais — (Mc 2,21-22).

Conclusão

Na América Latina, a luta não é outra senão a de empenhar-se para que prevaleça a vida e que o direito à ela seja a base para qualquer outro direito. Frente aos poderosos idólatras do dinheiro, dos bens e das coisas, que sacrificam diariamente vidas inumeráveis de filhos de Deus, se faz necessária a resistência e a denúncia. Aprendendo da Bíblia e da vida de homens, mulheres e crianças oprimidas e massacradas, vale a busca do resgate e da legitimidade de seus direitos.

Genilma Boehler é pastora metodista em Belo Horizonte (MG).



A trama nuclear brasileira

DE ANGRA A ARAMAR — OS MILITARES A CAMINHO DA BOMBA

Cedi/Desep-Cut/Nemi/Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba, São Paulo, 1988, 144 páginas, 13,9x20,7 cm.



José Domingos Vasconcelos

A terra treme em Angra dos Reis, ameaçando a usina nuclear instalada na praia de Itaorna, e os jornais anunciam que estamos às vésperas de um novo programa nuclear, outra vez elaborado sem qualquer participação da comunidade científica brasileira, muito menos de entidades representativas da sociedade civil e, pelo menos, até agora, nem do Congresso Nacional, como manda a nova Constituição. São acontecimentos importantes que denotam com dramaticidade a urgência de democratização das decisões sobre política nuclear em nosso país. Ao longo desses acontecimentos, este livro é lançado, fruto de uma feliz associação entre entidades sindicais e ecológicas que se propuseram a trabalhar juntas para ampliar a discussão sobre a política nuclear brasileira.

Ele descreve de maneira didática os acontecimentos relativos à trama nuclear em nosso país, desde o fim da 2ª Guerra até o início de setembro de 1988. É ressaltado, por exemplo, que há muito tempo se sabe da possibilidade de terremotos na região de Angra. No início da década de 70, quando o local foi escolhido para a instalação da primeira usina, geólogos alertaram as autoridades

que a região está sobre uma falha geológica, o que a torna sujeita à ocorrência de tremores de terra. Mas a advertência não foi considerada e a irresponsabilidade das autoridades do setor foi tão grande que, até hoje, cerca de dez anos após a usina de Angra 1 ter sido ligada pela primeira vez, inexistiu um plano de evacuação da população da região, em caso de acidente grave. Em outros países, a existência de planos como esse é condição essencial para que usinas nucleares sejam postas em funcionamento. Os autores afirmam que “nos Estados Unidos ou na Alemanha, a usina Angra 1 muito provavelmente não teria a sua construção autorizada”.

Também é abordado com detalhes o Programa Nuclear Paralelo, iniciado em 1979 e sempre negado pelas autoridades até sua oficialização em 1987, com o anúncio de que o país havia dominado a tecnologia de enriquecimento de urânio. O urânio enriquecido pode ser usado como combustível nas usinas nucleares mas também na fabricação de bombas. Sobre essa questão, os autores baseiam-se em declarações dos próprios militares e na existência no país de instalações que poderiam ser

usadas em testes nucleares para levantar dúvidas sobre o caráter pacífico do Programa Nuclear Brasileiro.

Com ou sem bomba, no entanto, alertam que esse programa é econômica e socialmente perverso, pois os cerca de 6 bilhões de dólares já consumidos por ele, segundo dados oficiais, poderiam ter sido canalizados para resolver problemas estruturais prioritários nas áreas de produção de alimentos, educação, saúde, transporte e moradia, que afetam a maioria da população.

Há um destaque especial para as manifestações populares ocorridas na região de Sorocaba, em protesto contra a instalação do Centro Experimental de Aramar, de responsabilidade da Marinha. Lá serão construídos reatores nucleares que servirão de propulsores de submarinos brasileiros ainda na década de 90, segundo os militares. Sem adotar fórmulas maniqueístas, os autores advertem que ser contra o Programa Nuclear Brasileiro implica em “pensar propostas alternativas, cuja formulação só será possível quando quebrarmos o tabu de que o problema nuclear é um assunto estritamente militar, não sobrando à sociedade civil sequer o direito de opinar”.

**Todos os homens nascem livres e iguais
em dignidade e direitos. São dotados de
razão e consciência e devem agir em relação
uns aos outros com espírito de fraternidade.**

Artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos

